

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
CURSO DE MESTRADO EM SAÚDE E GESTÃO DO TRABALHO**

**ANA PAULA BALBUENO KARKOTLI**

**CIDADANIA: (re)pensando a práxis dos profissionais de um programa de  
atendimento às famílias em fase de aquisição**

**Itajaí  
2005**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ANA PAULA BALBUENO KARKOTLI**

**CIDADANIA: (re)pensando a práxis dos profissionais de um programa de  
atendimento às famílias em fase de aquisição**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Saúde e Gestão  
do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí,  
Centro de Educação de Ciências da Saúde.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ingrid Elsen

**Itajaí  
2005**

**ANA PAULA BALBUENO KARKOTLI**

**CIDADANIA: (re)pensando a práxis dos profissionais de um programa de atendimento à família em fase de aquisição**

**Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre e aprovada pelo Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho da UNIVALI.**

Área de Concentração: Saúde da Família

Itajaí, 11 de maio de 2005.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Elsen - Presidente  
UNIVALI

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Mito - Membro  
UFSC

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Águeda Lenita Pereira Wendhausen - Membro  
UNIVALI

## DEDICATÓRIA

À minha família em fase de aquisição,  
maior fonte de inspiração deste estudo:  
Gilson, Katherine, Lucas e Felipe, o meu  
amor por vocês é incondicional.

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas no coração e espero não esquecer ninguém, mas o mais importante é que todas são especiais.

Especiais foram também alguns encontros e desencontros, na busca da realização de alguns sonhos.

Sonho, como já diziam alguns teóricos, um sonho sem ação não passa de um sonho, um sonho com ação pode tornar-se realidade.

Realidade essa que uma vez que se acredita, investe-se, há transformação, para quem esteve comigo sabe o quanto acredito nessa possibilidade; enfim a quem agradecer:

A minha família de origem, pelo aprendizado de viver e continuar vivendo em família, compreendendo as mudanças através do estímulo constante de aprender a sempre aprender. Em especial, a minha mãe Gelda, pelo constante apoio e a sensibilidade de estar sempre próxima quando precisamos.

A minha família atual, meu marido Gilson, por acreditar e iluminar a nossa família. A Katherine, em ceder sempre que foi necessário um espaço em seu quarto acolhedor, seu computador e pela torcida: “mamãe você já terminou a sua dissertação!” Ao Lucas e Felipe, felicidade dobrada que nossa família recebeu, jamais esquecerei essa fase pré-escolar, quando precisei dividir um pouco do “nosso” tempo em detrimento do meu.

À Universidade do Vale do Itajaí, pela acolhida em seu espaço institucional na realização de meus sonhos, à docência e ao Programa de Mestrado em Saúde da Família e Gestão do Trabalho.

À Secretaria de Desenvolvimento Social de São José/SC, ao Centro Integrado de Atendimento à Criança ao Adolescente e à Família – CIACAF – Cidade da Criança, que, desde 2001, abriu as portas para a Universidade, criando um espaço para produção do conhecimento, acreditando em sua parcela na formação de um novo projeto societário.

À Coordenação, aos docentes, funcionários e colegas da primeira turma deste programa de mestrado. Somente quem viveu sabe o quanto a dedicação e a competência foi a mola mestra para o reconhecimento junto a CAPES.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Elsen, mestra, amiga, orientadora; sua sabedoria na área da saúde da família, fez-me compreender o quanto a família é um sentimento de pertencimento.

À bolsista Mariana e a estagiária Patrícia, que prontamente aceitaram ao convite de acompanhar-me no decorrer das oficinas psicossociais.

Às colegas Karen, Silvia e Zulmira, em especial, pela proximidade e sintonia à colega Ana Cristina. A prática da interdisciplinaridade foi a nossa praia! Nunca mais esquecerei esses verões...

À Equipe do Programa Família Cidadã do CIACAF – Cidade da Criança.

Às assistentes sociais Iliane, Cida e Letícia, às psicólogas Alessandra e Eliane e à estagiária de Serviço Social, Iza. Não tenho dúvidas que comprometimento e cidadania junto às famílias começam com vocês!

Às Prof<sup>as</sup>. Dr<sup>as</sup>. Agueda Vendhausen e Luciana Saraiva, pelas pontuais contribuições na Banca de Qualificação de Projeto; penso que, via os olhares da ciência, foi-nos proporcionado momentos de encontros. Que a gente continue se encontrando...

A um encontro virtual que aconteceu na fase final de elaboração deste estudo, a tecnologia fez possível esse presente: à Cláudia Rost, pela forma competente e afetiva que revisou, “cuidou “ e deu forma a este estudo.

A um encontro casual que se fez com arte com a equipe da Anequim: “Júlio, a ciência não pode esquecer que existe uma combinação perfeita da produção do conhecimento com a arte“.

A Deus, pois, quem sabe, ao acompanhar-me, encaminhou esses encontros.

Muito obrigada!

## EPÍGRAFE

É preciso a formação de um profissional comprometido com o seu tempo e a sua sociedade, que trabalhe na promoção da saúde desta comunidade [...] que discuta seu compromisso com a sociedade [...] que retire deste debate a finalidade social do seu trabalho; um profissional cidadão (BOCK, 1997).

## RESUMO

A Prefeitura Municipal de São José, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, desde 1997, passou a assumir a responsabilidade de garantir às crianças, aos adolescentes e a suas famílias amparo, promoção da integração ao mercado de trabalho e à vida comunitária e a proteção, visando um resgate à cidadania, através de programas sociais. A partir desse contexto, com o objetivo de buscar novos conhecimentos científicos que possam sustentar e inovar as práticas dos profissionais na área de Ciências da Saúde, em especial, a Saúde da Família, o presente estudo buscou refletir com os profissionais a inserção do conceito de cidadania em seu cotidiano. Para isso, elegeu-se como foco o Programa Família Cidadã, desenvolvido no Centro Integrado de Atendimento à Criança ao Adolescente e a Família (CIACAF) – “Cidade da Criança”. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante através do uso de oficinas psicossociais, considerando que a proposta desse tipo de investigação é gerar um novo tipo de saber a ser continuamente construído por todos os envolvidos em sua prática, ou seja, um saber democrático na construção e na sua difusão e utilização. Durante as oficinas, uma prática consciente e comprometida foi revelada por parte dos profissionais, visualizando um movimento propulsor da cidadania emancipatória, porém um vazio relacionado às políticas sociais, às redes de apoio que viessem a oportunizar a efetividade de um trabalho que promova a autonomia e a emancipação das famílias através do apoio e da assistência no atendimento.

Palavras-chave: Saúde da família; Programas sociais; Cidadania.

## **ABSTRACT**

This research was developed at the Children's, Adolescent and Family Integrated Service Center, in "Children's City", of São José City Hall, through the Social Development Secretary. São José City Hall, from 1997, has taken the responsibility, with the Social Development Municipal Secretary, of guaranteeing children, adolescents and their families of this district: assistance, to promote integration to work market and community life also protection aiming to salvage the family's citizenship through social programs, whose study focus was elected Citizenship Family Program. By the objective of taking new scientific knowledge, which could support as well as innovating the professional practice in the Health Science Area, in this case, in special Family Health, this study tried to reflect with the professionals, about the insertion of the citizenship concept and its everyday use. The methodology was the participative research, through the Psychosocial Workshops considering that the participative research proposal is the basis to generate a new knowledge and to be continuously constructed by the involved professionals and their practice; a democratic knowledge in terms of construction, publicizing and the use of it. The results revealed a conscious and engaged practice by the professionals, visualizing a propelling movement to the emancipator citizenship, although a lack, concerning social policies, and their relationship nets, which could bring the opportunity, autonomy and families emancipation through the support and service assistance.

Key words: Family health; Social programs; Citizenship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Conceito fase de aquisição.....	63
Figura 2:	Linha da Vida do Programa Família Cidadã (Parte 1).....	65
Figura 2:	Linha da Vida do Programa Família Cidadã (Parte 2).....	66
Figura 3:	Estratégias de Trabalho do Programa Família Cidadã.....	68
Figura 4:	Anúncio Cidade Criança.....	85
Figura 5:	Conceitos e Instrumentos.....	90
Figura 6:	Eixo Orientador/DNA Família Cidadã.....	91
Quadro 1:	Dados de identificação do perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José.....	73
Quadro 2:	Dados com relação às famílias do perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José.....	75
Quadro 3:	Dados com relação aos encaminhamentos do perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José.	77

## SUMÁRIO

RESUMO .....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
1 INTRODUÇÃO.....	13
2 OBJETIVOS .....	18
2.1 Objetivo Geral .....	18
2.2 Objetivos Específicos .....	18
3 QUADRO TEÓRICO .....	19
3.1 Cidadania .....	19
3.1.1 Cidadania: um pouco de história .....	19
3.1.2 Cidadania: panorama atual .....	21
3.1.3 Psicologia e cidadania .....	22
3.2 Políticas Sociais e Família .....	27
3.3 Aspectos psicossociais da família e sua aplicação no cotidiano dos profissionais.....	35
4 REFERENCIAL METODOLÓGICO .....	44
4.1 Natureza e tipo de pesquisa .....	44
4.1.1 Pesquisa Participante .....	44
4.2 População – Sujeitos .....	47
4.2.1 A Instituição .....	47
4.2.1.1 O Programa Família Cidadã .....	49
4.3 A pesquisa participante em ação .....	52
4.3.1 Primeiro momento: expressão e descrição da realidade .....	53
4.3.2 Segundo momento: crítica do material expresso .....	54
4.3.3 Terceiro momento: criação coletiva .....	55
4.4 Registro e Análise dos Dados .....	55

4.5 Aspectos Éticos .....	56
5 A TRAJETÓRIA DE UMA AÇÃO .....	57
5.1 A Expressão da Realidade .....	57
5.1.1 Oficina: O convite para (re)pensar .....	57
5.1.1.1 Reflexões teórico-metodológicas .....	61
5.1.2 Oficina: (Re)Pensar uma trajetória .....	62
5.1.2.1 Reflexões teórico-metodológicas .....	70
5.1.3 Oficina: (Re)Pensar, identificando um porto seguro .....	79
5.1.3.1 Reflexões teórico-metodológicas .....	84
5.1.3.2 Crítica do Material Expresso .....	87
5.1.4 Oficina: (Re)Pensar, identificando seu eixo .....	87
5.1.4.1 Reflexões teórico-metodológicas .....	92
5.1.4.2 Criação Coletiva .....	93
5.1.5 Oficina: (Re)Criando e fortalecendo seu eixo .....	94
5.1.5.1 Reflexões teórico-metodológicas .....	98
6 REFLETINDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA AÇÃO .....	100
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICES .....	114
ANEXO .....	120

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado o crescente reconhecimento da importância da infância como fase fundamental do desenvolvimento humano. No Brasil, principalmente após a Constituição de 1988, vêm ocorrendo avanços no âmbito legal no que tange aos direitos das crianças como cidadãs. Os vínculos de responsabilidades sociais são compartilhados – governo, família e sociedade – em relação ao cuidado e à atenção com a infância e com a adolescência. Desde 1990, a sociedade brasileira tem respaldo na Lei 8069/90 – ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – como forma de regulamentar as práticas na área da promoção, do controle e da defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Embora a reordenação das entidades de atendimento à criança e ao adolescente represente um esforço cotidiano de organizações governamentais e não governamentais, ainda a sociedade se depara com dificuldades de compreensão sobre a própria lei e de transformação de práticas em nível estrutural e informal. Considera-se que tal realidade se deve principalmente a uma desmobilização da sociedade civil e a fatores que correspondem às particularidades de cada comunidade envolvida nas questões que suscitam a formulação de políticas públicas.

A Constituição Federal preconiza, no artigo 226, parágrafo oitavo, que “o Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Ainda, no artigo 4º, do ECA, lê-se:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.

A desunião familiar causa diversos problemas à criança ou ao adolescente que, nessa fase de sua vida, precisa de apoio, carinho e atenção para se desenvolver de forma sadia. Dessa forma, torna-se necessária uma medida de

auxílio para que as famílias adquiram ou readquiram uma estrutura apropriada ao crescimento de seus membros.

Nesse sentido, vem crescendo internacionalmente a visão de que as unidades de atuação “família” e “comunidade” são núcleos importantes da estratégia de integração das diversas políticas sociais. A escolha de 1994 como o ano Internacional da Família pela ONU marca e reflete esse movimento de priorização das políticas da família (CARVALHO, 2000).

Em uma ação de caráter assistencial, a Prefeitura de São José/SC, no exercício de sua função e através das instâncias competentes, executa atividades que procuram corresponder às prerrogativas do ECA, assumindo sua responsabilidade com a implementação de políticas públicas no âmbito nacional, estadual e municipal. O Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família (CIACAF), no município de São José, é o resultado dessa busca pela consonância com a Lei. O trabalho que vem sendo realizado no CIACAF aponta para a visibilidade de ações interdisciplinares que garantam a reflexão, a formação continuada e o conseqüente resgate da cidadania por crianças, adolescentes e suas famílias, que são os clientes do serviço público municipal.

Em março de 2001, a Cidade da Criança e o Curso de Psicologia da UNIVALI, em Biguaçu, firmaram uma parceria, na qual o Curso passou a prestar serviços de consultoria ao CIACAF. Essa parceria teve início a partir da inserção de duas acadêmicas que desenvolveram seus projetos na Área da Psicologia Educacional. O serviço de consultoria, formado por um grupo de docentes e discentes, contava com o auxílio de estagiários, nas áreas de Psicologia Educacional e Organizacional e Clínica, que se reuniam semanalmente para discutir os processos de trabalho (KARKOTLI, 2004).

Foi, nesse ano, que houve a minha inserção no local, inicialmente como professora supervisora das duas primeiras estagiárias em Psicologia Educacional, e, após, como supervisora de estágio em Psicologia Organizacional e membro participante da equipe de Consultoria da UNIVALI.

Como consultora, houve minha participação nas atividades estratégicas, como a de elaboração Projeto Político Social (PPS), em 2002, e do Planejamento

Estratégico e da Avaliação de Desempenho, em 2003. Mais recentemente, em 2004, fui coordenadora do projeto de Extensão da UNIVALI: Infância e Cidadania – Programa de Atenção Psicossocial no CIACAF. Em minha prática profissional, sempre existiu uma preocupação com a saúde da Instituição, a capacitação dos profissionais e o quanto, através dos programas de atendimento às famílias em suas práticas cotidianas, caminhava-se para o alcance dos objetivos da Instituição: desenvolver políticas públicas relacionadas à criança, ao adolescente e a suas famílias, a fim de oportunizar o seu crescimento intelectual e social, bem como o resgate da cidadania.

É importante ainda salientar que o problema referente a crianças e adolescentes em situação de risco existe no município, mesmo que este apresente elevado Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Ressalta-se que o termo situação de risco refere-se “a toda e qualquer circunstância ou conjunto de circunstâncias que, por favorecer a degradação pessoal e social da criança e do adolescente, possa comprometer sua existência futura como indivíduo e cidadão” (ALBUQUERQUE; ALVES-MAZZOTTI, 2001, p. 81).

Assim, o presente estudo visa contribuir para a melhoria dos índices de desenvolvimento social da região, considerando que o CIACAF atende, hoje, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, seiscentas (600) crianças e adolescentes e quatrocentas (400) famílias, beneficiando de forma direta o município de São José e a macro região de Florianópolis. De forma indireta, esta pesquisa favorece todo o estado de Santa Catarina, pois os indicadores psicossociais sobre essa demanda permitem a tomada de decisão governamental, no âmbito estadual.

O Programa Família Cidadã é um dos Programas do CIACAF, o qual tem como objetivo “atender as necessidades das crianças, dos adolescentes e de suas famílias em caráter emergencial ou temporário, através da assistência de auxílios materiais, orientação, apoio e acompanhamento, a fim de resgatar seus direitos enquanto cidadãos”. Visa, entre outros objetivos, “desenvolver um trabalho assistencial de promoção da autonomia das famílias, objetivando a ampliação do exercício e o resgate da cidadania”.

O resgate da cidadania se dá, além de outros fatores, através da superação da “adaptação passiva ao mundo”, ou seja, perpassa transcender a adaptação, tendo dela se apropriado para, então, dela servir-se e assim transformar o mundo. (FREIRE, 1997). Esse processo, indiscutivelmente, ocorre através da educação. Educação aqui entendida em toda a sua totalidade e não reduzida ao simples ler e escrever. Nesse caso, entende-se por Educação como a relação dialética entre a escrita, a leitura do mundo e a sua “reescrita”. Ela abrange questões de valores, cultura, ética, política, ideais, entre outras e, por isso, desenvolver-se como cidadão com educação abrange: ultrapassar a simples leitura do mundo para a leitura crítica do mesmo, no qual se torna possível sua “reescrita”, ou seja, sua transformação.

Sabe-se, porém, que o processo de mudança da simples adaptação à transformação não acontece isoladamente. A realidade social em que se vive acaba por dificultar o processo escrita-leitura-reescrita. A possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e a sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. (FREIRE, 1997, p.43).

A não valorização dos direitos civis e políticos e a desvalorização de classes sociais através da exclusão tornam-se um forte obstáculo da compreensão do que é ser cidadão no Brasil. Tudo isso promove a incapacidade das pessoas em assumir responsabilidades, em criar projetos próprios, em produzir conhecimentos. Discutir cidadania frente à situação que é apresentada, em que questões básicas como alimentação, moradia, saneamento básico, entre outras, estão estruturalmente abaladas, não é tarefa fácil. Mas isso não pode ser visto como justificativa para que aspectos psicológicos não sejam explicitados, ao contrário, tais questões precisam efetivamente ser trabalhadas em parceria às sociais que envolvem as necessidades básicas principalmente. A esse respeito,

reconhecer os padrões familiares, o contexto e o impacto da transição permite a equipe abordar os padrões e as soluções com uma perspectiva nova, que inclui algum otimismo com relação à mobilização dos potenciais familiares. (MINUCHIN e COLAPINTO, 1999, p.45).

O trabalho social só acontece com a participação de toda a sociedade e o sujeito excluído deve necessariamente estar integrado a ele. É direito e dever deste

questionar-se a respeito de seu sofrimento, de suas capacidades de autonomia, de sua subjetividade, a respeito de política, etc. (SAWAIA,1999).

Nesse sentido, potencializar o sujeito significa auxiliá-lo na superação do individual, no desenvolvimento de valores éticos, nos sentimentos, nos desejos e nas necessidades coletivas, pois o homem não vive isoladamente, ele se realiza no coletivo. E a família, como primeiro passo para ocorrer a potencialização, caracteriza-se por ser

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida (MIOTO, 1997, p.120).

Assim, o cotidiano da realidade vivida passa a ser um aprendizado e aprender a respeitar o projeto de vida das famílias, como uma relação dialógica criativa, coloca-se aos profissionais como um grande desafio. Necessitam, portanto, estar conscientes das concepções que orientam suas intervenções junto às famílias e comunidades. Torna-se imprescindível também, neste momento, poder refletir e, quem sabe, segundo Freire (1997), poder reescrever tais concepções.

Surge, então, a necessidade de intervenções que interpretem e reflitam a realidade social tornando-se uma mediação entre o sujeito excluído e o resgate da cidadania, pois é premente não somente uma maneira eficaz de fazer, mas principalmente redefinir a própria busca de uma outra prática.

Nesse sentido, o presente estudo busca refletir sobre as possibilidades de transformação de uma situação constatada, já que, mais do que se propor a identificar práticas voltadas para um projeto de cidadania em um Programa de Assistência à Família em Fase de Aquisição, a idéia norteadora, mais especificamente neste estudo, procura responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual é a inserção do conceito de cidadania nas concepções e práticas de profissionais que atuam em um Programa de Atendimento às Famílias?**

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Refletir com os profissionais que atuam no Programa de Atendimento às Famílias em fase de aquisição sobre a inserção do conceito de cidadania em seu cotidiano.

### **2.2 Objetivos Específicos**

1. Construir uma proposta metodológica a partir da pesquisa participante que possibilite refletir, em conjunto com os profissionais, a sua prática cotidiana;
2. Identificar, em conjunto, as forças e as fragilidades do Programa na promoção de uma cidadania emancipatória; e
3. Apontar, com os profissionais, caminhos para o fortalecimento da promoção da cidadania nas ações do Programa.

### 3 QUADRO TEÓRICO

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o quadro teórico que norteou a presente investigação. Nesse sentido, discute-se e sinalizam-se aportes teóricos referentes à temática da cidadania, das políticas sociais e dos aspectos psicossociais da família e sua aplicação no cotidiano dos profissionais desta área.

#### 3.1 Cidadania

##### 3.1.1 Cidadania: um pouco de história

Apresentam-se, em linhas gerais, alguns dados históricos em relação à cidadania. Para Stralen (2003), Doutor em Sociologia e Política e docente dos Programas de Pós-graduação em Psicologia e em Saúde Pública da UFMG, as grandes referências históricas dos direitos humanos e cidadania são, sem dúvida, a *Déclaration des droits de l'homme e du citoyen*, aprovada pela Assembléia Nacional francesa, em 1789, e os *Bills of Righths* das colônias americanas que, em 1776, rebelaram-se contra o domínio da Inglaterra. Ambos proclamavam, na base dos direitos naturais, a liberdade e a igualdade nos direitos.

Para qualquer discussão sobre a evolução dos direitos, é menção obrigatória a famosa referência de T. H. Marshall (*apud* STRALEN, 2003, p.36), em 1949, sobre a cidadania, na qual o autor analisa a evolução dos direitos e a expansão da cidadania na Inglaterra. A esse respeito, enfatiza-se que, no século XVII, foram reconhecidos os direitos civis, no século XIX, os políticos e, finalmente, no século XX, os direitos sociais. O autor argumenta que essa seqüência não é apenas cronológica, mas revela uma lógica histórica. Marshall classifica como direitos civis, os que dizem respeito ao status do indivíduo: liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica. Os direitos políticos se referem à

participação do indivíduo na vida política: liberdade de se organizar em partidos políticos, direito a votar e ser votado. Já os direitos sociais fazem referência às condições gerais de vida: direito ao trabalho, à saúde, à educação, à proteção contra a miséria, entre outras (STRALEN, 2003 p. 34-35). Para o autor apesar da lógica apontada por Marshall, a cidadania como fenômeno histórico foi resultado, nos diversos países, de percursos bem diferentes. No Brasil, a principal diferença foi que os direitos sociais antecederam os direitos civis e os políticos, o que afetou profundamente a própria natureza da cidadania. Como observa Carvalho (2001, p.11-12), tal fato desdobrou-se em uma profunda acomodação da desigualdade social. Assim, ao se falar de cidadania, no Brasil, não significa exatamente a mesma coisa que discorrer sobre cidadania na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Com relação a esse processo, Pacheco (2003) complementa que, no caso brasileiro, podem ser destacadas algumas diferenças que ainda hoje marcam sobremaneira o processo de construção da cidadania. O regime de trabalho escravista, mantido até o século XIX, era um impedimento à universalização tanto dos direitos civis como dos direitos políticos. O regime de trabalho escravo, reconhecido e legitimado pelo Estado, retirava de uma parcela significativa da população o direito sobre o próprio corpo e a possibilidade de intervir no processo político. Isso configura, no campo da cidadania, sua absoluta negação à parcela significativa da população. Dessa herança histórica, a sociedade brasileira ainda guarda o desrespeito aos direitos civis. Não tendo garantido a integridade do corpo ou o direito à vida, uma quantia expressiva da população ainda sofre com as mais variadas formas de violência. É a violência doméstica, do trânsito, do tráfico, da pobreza e a violência do Estado. Os direitos à vida, à inviolabilidade do corpo e à justiça, na sociedade brasileira, ainda hoje, são, na verdade, privilégios de poucos e não direito universal dos cidadãos.

### 3.1.2 Cidadania: panorama atual

O termo cidadania refere-se a uma identidade social informada pela dimensão política (STRALEN, 2003). Trata-se de uma identidade social de caráter nivelador e igualitário. As idéias de cidadania, em termos históricos, foram instrumentos poderosos na Europa Ocidental para acabar com a teia de privilégios que se cristalizava em hierarquias sociais. Esse conceito, todavia, não operou com força no Brasil. Como Da Matta (1987, p.79) observa, “[...] o cidadão no caso brasileiro é o sujeito das leis impessoais (e universais)”.

A cidadania, no Brasil, é marcada por fortes ambigüidades. Formalmente estão assegurados os direitos civis e políticos, contudo o “hiato social” em um *disenfranchisement* social - básico priva, a rigor mesmo dos direitos civis, parcelas substanciais da população brasileira, dotadas apenas de uma cidadania de “segunda classe” e impossibilitadas a ascender ao sentido profundo da dignidade humana e da igualdade social (REIS,1988, p.21). Logo, não é de estranhar que os direitos civis apresentam as maiores deficiências em termos de conhecimento, extensão e garantias.

O Estado de Direito, a prática da cidadania, é uma possibilidade muito recente, marca da Constituição de 1988. O povo brasileiro, abalado por “mandos e desmandos” em mais de cem anos de República, precisa amadurecer em termos da defesa de seus direitos. Precisa lutar, conscientemente, por seus direitos por uma realidade em que os direitos sejam considerados direitos e não favores daqueles que ocupam os cargos dirigentes (RADÜNZ, 2003).

Apesar de as gritantes desigualdades e da dificuldade de fazer valer os direitos civis, há mudanças positivas em curso. Enquanto Da Matta (1987) ressalta que, no Brasil, a palavra “cidadão” era usada sempre em situações negativas para marcar a posição de alguém que estava em desvantagem ou mesmo em inferioridade, pode-se verificar que, ultimamente, as palavras “cidadão” e “cidadania” adquirem uma conotação positiva, referindo-se ao direito de ter direitos e de ser respeitado. Assim, emergiu uma nova identidade social que clama pelo direito de ter direito e uma igualdade substancial que não nega as diversidades. Essa nova identidade opera em defesa de crianças, velhos, mulheres.

As novas formas de participação política, assim como as denúncias de arbitrariedade e violência, os protestos contra a impunidade e as políticas sociais que respeitam a individualidade indicam que poderá surgir um novo padrão de cidadania que reduza substancialmente as desigualdades e coloque um fim na separação pela renda, educação e cor. Parece ainda ser um caminho longo, mas, desde já, as escolhas atuais irão traçar as direções. Logo, pensar e refletir as questões referentes à cidadania, junto aos Programas de Assistência, Orientação e Apoio às Famílias, sem dúvida, é uma delas.

### 3.1.3 Psicologia e cidadania

A Psicologia tem contribuído em muitas áreas do saber. Assim também ocorre com a cidadania. Segundo Silva (2003), Dr. em Psicologia Social pela PUCSP, para que se reflita e articule psicologia-cidadania, é importante esclarecer que não se trata de concepções únicas da psicologia, mas das ciências humanas e sociais, o que já assinala a necessidade da perspectiva interdisciplinar, mesmo quando não se dispõe de equipes interdisciplinares. A **cidadania**, para o mesmo autor (2003), principalmente com o surgimento das práticas mais atuais da psicologia comunitária, passa a ser um conceito inserido no contexto de atuação do psicólogo. Se se recorrer à definição clássica de cidadania, encontra-se: Qualidade ou estado do cidadão; Cidadão: Indivíduo no gozo de direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. Vale lembrar os anos de ditadura, em que não fazia sentido pensar em cidadania como direito, mas como conquistas a serem buscadas.

Já a Cidadania, como referencial da Psicologia Comunitária, de acordo com Silva (apud MOURÃO, 2003), aponta para a concepção de que a cidadania nunca foi estática, sendo incorporados novos temas e direitos como uma exigência decorrente das condições de vida, das lutas, dos desejos e das utopias das pessoas e dos grupos sociais em cada momento histórico.

Segundo o mesmo autor, a luta por melhores condições de vida vem incorporando, gradativamente, aspectos ligados à produção de subjetividade, as condições de acesso à saúde, em específico, a saúde mental, a educação, o trabalho, a moradia e o lazer. Portanto, para a Psicologia, cidadania, sem a possibilidade de afirmação da subjetividade, não faz sentido. Mourão ressalta que cabe, ainda, dizer de qual cidadania se está falando. Não interessa uma cidadania tutelada ou assistida pelo Estado e pelos poderes públicos, isto é, sem a perspectiva de emancipação dos indivíduos e grupos sociais.

A ***cidadania tutelada***, para Demo (1995), expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva ou suporta, a saber, aquela que se tem por dádiva ou concessão superior. Por conta da reprodução da pobreza política das majorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada aos seus projetos políticos e econômicos. O resultado mais típico da cidadania tutelada, que, na prática, é a sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica.

Já a ***cidadania assistida***, conforme o autor (1995), é a forma expressa mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito que é o direito à assistência, integrante de toda a democracia. Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades. O atrelamento da população a um sistema sempre precário de benefícios estatais é seu principal engodo. Esse sistema maquia a marginalização social, não se confrontando com ela.

O pensamento de Silva (2003), quando, em seu texto, refere-se a estratégias de construção da cidadania, faz questionar de qual cidadania se está falando. Para esse autor, não interessa uma cidadania tutelada ou assistida pelo Estado e pelos poderes públicos, sem a perspectiva de emancipação dos indivíduos e grupos sociais. O que se deseja é uma ***cidadania emancipatória***, como a proposta por Demo (2001, p.205),

buscada em outras formas de políticas social, inclusive não estatais, como acesso à educação básica de qualidade que inclua manejo crítico do conhecimento, capacidade de organização política da sociedade, exercício do controle democrático, e assim por diante.

Uma das conquistas mais importantes do último século foi o reconhecimento de que a **cidadania** perfaz o componente mais fundamental do desenvolvimento, reservando-se para o mercado a função indispensável de meio. O avanço, segundo Demo (1995), está na esteira da luta pelos **direitos humanos** e pela **emancipação** das pessoas e dos povos, bem como reflete o **processo democrático** possível. O fator essencial para esse progresso é a cidadania, definida como **competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada**. Para o processo de formação dessa competência, alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, com destaque, acima de tudo, no **processo emancipatório**. Este se funda, inicialmente, na capacidade crítica, para, com base nela, intervir na realidade de modo alternativo. O desafio maior da cidadania é a eliminação da pobreza política que tem sua origem acerca da condição da “massa de manobra”. Não-cidadão é, sobretudo, aquele incapaz de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, aquele que não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar.

Cidadania é, assim, a raiz dos direitos, pois estes somente prosperam onde a sociedade se faz sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto de desenvolvimento. Uma sociedade deveras cidadã sinaliza para a necessidade de construir uma instância pública comum, a qual delega uma série de serviços e funções, que somente tem razão de ser frente aos desafios do bem-estar comum.

Nessa perspectiva, Sawaia (1994) também amplia o conceito de cidadania para além da igualdade dos direitos, incorporando-lhe a alteridade como valor fundamental. Assim, permite a sua compreensão como fenômeno político, social, bem como inter e intra-subjetivo, com a possibilidade de recuperar essa dimensão alienada da cidadania na modernidade contemporânea, elegendo como eixo norteador da reflexão, a idéia da humanidade e o seu centro, a temática do indivíduo. Para a autora (1994, p. 147),

cidadania é comumente pensada e operacionalizada como a relação existente entre uma pessoa e o Estado, à qual a pessoa deve obediência, e o Estado, a proteção. Relação qualificada pela *homogeneização*: cidadania afirma o mesmo e nega a diferença e só pode ser realizada pela destruição das singularidades e pela *heteronomia*: cidadania é colocar-se sob a tutela de outrem, para, paradoxalmente, ter garantido seus direitos e sua liberdade.

A fim de evitar a cristalização da cidadania em categorias, enquanto fetiches, os quais reduzem o homem de carne e osso à massa disforme que sente, pensa e age em uníssono, incapaz de tomar seu destino nas próprias mãos, Sawaia (1994, p.147) afirma que é preciso incorporar ao conceito de cidadania o de alteridade, partindo-se do princípio de que alteridade é diversidade em si mesmo, mas foi desvirtuada em luta por si mesmo, que equivale à luta contra o outro.

Para Demo (1995), cidadania pressupõe “igualdade de direitos, sendo que um dos mais importantes é o direito de viver a própria vida e ser único e diferente dos demais”. Já para Hanna Arent (apud SAWAIA, 1994, p. 148), o conceito de cidadania faz

apelo a destinos e projetos, historicamente compartilhados, a processos de conquistas coletivas e à igualdade, mas também ao princípio de alteridade, baseado no princípio da universalidade, cujo o fundamento é o direito a ter direito.

Seguindo essa linha de pensamento, Lima (1997) acrescenta que a inscrição de novos direitos requer uma relação dialógica, na qual iguais se reconhecem e afirmam, intersubjetivamente, os seus direitos como universais. Implica, enfim, o reconhecimento da reivindicação como direito legítimo. Essa fala, por mais identificada que esteja por uma demanda dirigida ao Estado, distingue-se deste porque se realiza na esfera da sociedade civil, no âmbito do espaço público, onde se constrói a dinâmica societária e se constitui o social. Somente nessa dimensão se realiza, politicamente, a idéia do ser cidadão e se esclarecem a pluralidade de traços, opiniões, valores, crenças e interesses que permeiam as relações sociais, os quais, ao serem partilhados, nomeiam uma nova condição humana.

Ainda, para Lima (1997), essa reflexão encontra uma aproximação de idéias com o pensamento de Hannah Arent, no que se refere à noção de espaço público como o momento de constituição do social. A reflexão Arendtiana ensina que a condição humana, a ação, só pode existir no espaço público, porque é aí que se

revela o testemunho da alteridade e os indivíduos se reconhecem, em suas semelhanças e particularidades, e em suas subjetividades. É, nos espaços públicos, que os indivíduos conquistam as condições de partilharem um espaço, regido por valores e normas que definem as relações sociais e têm, como princípio referente, a igualdade de direito a ter direitos e de cidadania.

No momento em que leis propugnam pela universalidade dos direitos e pela concretização da democracia, a qual se alcança pela construção da cidadania, tema que vem exercendo sobre nós um grande apelo, Covre (1999, p. 11), em seu livro *O que é Cidadania?*, assim conceitua o termo e faz refletir:

[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso de todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(ns) no Universo(s).

Nesse sentido, Demo (1995) coloca exigências e desafios para o percurso da cidadania emancipada, uma vez que se refere ao processo de emancipação como um fenômeno profundo e complexo de teor tipicamente político e supõe, concretamente, a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino. Assim, inicialmente, está a contestação ou a consciência crítica, quando tudo começa com a capacidade de dizer **NÃO**. Sem esse primeiro passo, não há prosseguimento possível, porque não se destrói a manipulação, ou melhor, não se atinge a pobreza política, que é aquilo que existe de maior oposição à cidadania. Trata-se de uma competência humana essencial, que é de fazer-se sujeito, negando aceitar-se como objeto.

Na seqüência, o segundo passo será construtivo. Após desfazer a pobreza política, emerge a competência para propor alternativa. Com base na consciência crítica, a qual busca compreender as razões da exclusão e sua condição de injustiça, o sujeito histórico cai em si uma segunda vez, descobrindo que, para fazer oportunidade, ele é peça-chave, porque ele é a alma da oportunidade. Precisa, fazendo-se sujeito, fazer-se oportunidade.

O terceiro passo, para garantir oportunidade, direciona para a necessidade da organização política coletiva, pois, tratando-se de competência, é mais competente a oportunidade feita em consenso potencializado. A cidadania individual também

conta, até porque se fazer sujeito representa, em algum momento, algo muito individual, em termos de consciência crítica.

Mas, como o indivíduo se apresenta inteligível e sobrevive socialmente, a competência autêntica é coletivamente organizada. A capacidade de associar-se representa, na verdade, o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção (DEMO, 1995, p. 133-135).

Deve-se considerar, portanto, nesse contexto, a Psicologia Social, como área do conhecimento, a qual tem como objetivo a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. Como tal, essa área do conhecimento contribui significativamente, uma vez que proporciona a compreensão de que a dimensão subjetiva está presente não apenas nos indivíduos, como algo sem vínculo ou relação com o mundo social, mas sim nos fatos construídos pelos indivíduos de maneira coletiva. Na medida em que contribui para a *desnaturalização* do fenômeno psicológico e para a sua compreensão como fenômeno inserido e constituído nas relações sociais e na produção da vida.

### **3.2 Políticas Sociais e Família**

Política-social é um tema complexo e bastante discutido no âmbito das Ciências Sociais, da Ciência Política e da Economia Política. A partir dos anos 80, passou a existir uma consistente produção sobre esse tema que supera, de forma significativa, as tendências descritivas e pragmáticas do passado. Dessa forma, existem balanços das principais perspectivas teóricas de abordagem, tipologias, análises políticas setoriais e estudos comparados a padrões de proteção social constituídos nos vários países (BEHRING, 2000). Essa autora também informa que, em geral, reconhece-se a existência de políticas sociais como um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se. Evidentemente esse reconhecimento das políticas sociais não ocorreu desde os seus primórdios, mas a partir do momento em que houve uma consideração da questão social inerente às relações sociais nesse modo de produção *vis a vis* junto ao período em que os trabalhadores assumiram

um papel político e até revolucionário. Tanto é que existe um certo consenso em torno do final do século XIX como o período das criações das primeiras legislações e medidas de proteção social, com destaque para a Alemanha e a Inglaterra, após intenso e polêmico debate entre liberais e reformadores sociais humanistas.

A generalização de medidas de seguridade social no capitalismo, no entanto, deu-se no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando se assistiu à singular experiência de construção do *welfare state*<sup>1</sup>, em alguns países da Europa Ocidental – com destaque para o Plano Beveridge<sup>2</sup> (Inglaterra, 1942) –, acompanhada de diversos e variados padrões de proteção social, tanto nos países de capitalismo central, quanto na periferia. Quanto à cobertura mais ou menos universal, ao padrão de financiamento (redistributivo ou não, contributivo ou não) e a outros aspectos que poderiam compor uma avaliação desse universo, tal variedade está relacionada às relações entre as classes sociais e o segmento de classe (ou forças sociais), como aponta Faleiros (1986), e às condições econômicas gerais que interferem nas opções políticas e econômicas dos governos. Embora as condições para o surgimento e a generalização de políticas sociais tenham o referido tempo histórico, o debate sobre o bem-estar na sociedade, sobre o que fazer com os pobres e, muito especialmente, sobre o papel do Estado nesses processos precede em muito essa época até se chegar à discussão contemporânea sobre política social.

Para um entendimento da dinâmica das políticas sociais, Médici (1993) refere que a política social corresponde a uma fase específica da incorporação dos direitos. Pode-se dividir essa incorporação de direitos, nos últimos dois ou quatro séculos, da seguinte forma: primeiro se incorporam os **direitos civis**, ou seja, as pessoas passaram a, em certo sentido, ter o “estatuto da liberdade”; uma segunda conquista foram os **direitos políticos**, ou seja, a extensão da questão da eleição dos representantes políticos; e, num terceiro momento, houve a incorporação dos **direitos sociais**, ou seja, de patamares mínimos necessários para que cada

---

<sup>1</sup> *Welfare state*: expressão utilizada pelos ingleses para designar o Estado de Bem-estar. Foi criada na década de 40 ainda que a menção à Welfare Policy – Política de Bem-estar – ocorra desde o início do século. (NOGUEIRA, 2001).

<sup>2</sup> Plano Beveridge: surge do relatório elaborado por William Beveridge, sobre o sistema de segurança social, em 1942, e foi o primeiro documento a marcar os princípios do *welfare state*. Esse documento teve repercussão em vários países que passaram a organizar a política de segurança social. (NOGUEIRA, 2001).

cidadão possa ter uma base de equidade para poder caminhar ao longo de sua trajetória de vida. Essas incorporações de direitos sociais são sustentadas basicamente por três movimentos que correspondem a três políticas e, também, a três fases específicas que serão descritas a seguir:

A primeira fase pode ser chamada de **assistencialismo** e apresenta algumas características clássicas: está voltada para determinados segmentos – em geral, pobres, necessitados, marginalizados da sociedade –, o que lhe dá uma característica de focalização, de seletividade de clientela. Essa fase é gerada por impostos ou por tributação ordinárias e não por fundos sociais específicos ou formas de financiamento baseadas no salário do trabalhador ou de contribuições sociais. Como exemplos dessa configuração de política social, têm-se, de um lado, as próprias **leis dos pobres** que são derrubadas pelo movimento liberal inglês, já na passagem da primeira para a segunda metade do século XX; e as chamadas classes de trabalho, as **workhouses**<sup>3</sup>, inglesas também, estas sim voltadas apenas para menores.

O assistencialismo corresponde a uma fase de política social e não se extingue, necessariamente, com o surgimento de uma outra fase. Ele continua latente em diversos tipos de política social e ressurge com muita força com o discurso e a prática neoliberais, enquanto forma específica de resolução dos problemas da sociedade.

Entretanto, discorda-se do autor, uma vez que, em trabalho recente, Ferreira (2000) sugere que o reconhecimento da assistência como direito social pela Constituição de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, significou para a assistência o “fim da travessia do deserto”, uma vez que tal reconhecimento, possuidor de um significado político e social inquestionável, apresenta-se como a ocasião privilegiada para superar sua compreensão corrente como dever moral de ajuda, e entendê-la como dever legal de garantia de benefícios e serviços sociais. Entendendo o assistencialismo como uma ausência de direito e a LOAS, a assistência como direito.

---

<sup>3</sup> *Workhouses*: os incapacitados para o trabalho tinham direito à assistência social nas *workhouses* (casas de trabalho) que funcionavam como verdadeiras prisões.

A segunda forma de política social, dentro da taxonomia sugerida por Médici (1993), pode ser chamada de **previdencialismo**. Esse formato tem características particulares por ser uma política social nascida entre os trabalhadores e suas famílias. Apresenta, portanto, uma extensão relativamente restrita e esse segmento. O previdencialismo se desenvolveu de maneira mais ampla com o capitalismo industrial, seja de forma espontânea – entre os próprios trabalhadores, através de seus movimentos mutualistas ou das ligas de auxílio mútuo, que surgem na Europa no início do século XIX –, seja através do próprio Estado. O exemplo claro da introdução e da regulação do Estado, sob a forma previdencialista, é o que configura o Estado alemão, em que se cria, pela primeira vez, uma previdência social pública, embora com financiamentos de empresas, de trabalhadores e do próprio Estado. Essa fase previdencialista da política social corresponde ao período chamado “desenvolvimento do capitalismo monopolista”, que ocorreu de 1870 até, mais ou menos, o final da Segunda Guerra Mundial e se generalizou nos países centrais.

A terceira forma de política social, a do **universalismo**, caracteriza-se diferencialmente das outras fases por ser voltada para toda a população e lastreada no conceito de cidadania. Nesse caso, as políticas de educação e saúde, por exemplo, bem como as diversas formas de benefícios de renda mínima – garantindo um patamar mínimo de renda para qualquer cidadão –, são formas clássicas dessa configuração universalista de política social, marcante a partir da Segunda Guerra Mundial.

O universalismo é a incorporação plena de todos os direitos sociais e foi a forma típica de política social da chamada “fase Fordista” do capitalismo, que se implantou basicamente no início dos anos 50 e começou a entrar em crise a partir de 1975.

Transpondo essas questões para o Brasil e retomando a análise inicial de Médici (1993), o autor lança uma primeira questão: como analisar a crise do *welfare state* – entendendo-o como um estado de política universalista, em países que não o tiveram como no caso o Brasil?

Partindo-se desse primeiro ponto, ao analisar três fases, em relação ao Brasil, identifica-se que a fase **assistencialista** foi muito incipiente, com fraco predomínio

do Estado e forte participação de instituições religiosas nas políticas de saúde e educação, pelo menos, até 1923.

A fase **previdencialista**, que se inicia praticamente a partir de 1923, com a promulgação da Lei Eloy Chaves e com as chamadas Caixas de Assistência e Previdência Social – foi se desenvolvendo progressivamente até 1988.

A fase universalista propriamente dita ou, pelo menos, a pretensão de implantar uma fase universalista das políticas sociais no Brasil inicia-se a partir da Constituição de 1988. Ela tenta efetivamente, após um período de luta, presentear a sociedade brasileira com um *welfare state* de modelos europeus, sem que, no entanto, as bases de financiamento e de cobertura institucional fossem suficientes para ter os mesmos níveis de eficácia.

A partir da Constituição de 88, uma série de novos direitos foi incorporada. Do ponto de vista do financiamento, ocorreram algumas modificações: ampliação e diversificação das bases de custeio da seguridade social, que passa a ser um novo conceito associado à universalização e à cidadania, no que tange ao fornecimento de novos direitos sociais.

Assim, Médici (1993) acrescenta que é necessário resgatar a questão ética do compromisso com políticas sociais como atributo da cidadania. Para o autor, as políticas sociais constituem, na atualidade, condições prévias para o desenvolvimento econômico, para a estabilização e para o crescimento da economia brasileira. Conforme o autor, não é com o discurso neoliberal – de que é necessário primeiro estabilizar para depois fazer os gastos com políticas sociais – que se resolve a situação econômica do país integralmente. As políticas sociais, principalmente da saúde e da educação, são atributos mínimos de cidadania e condições básicas para o crescimento e desenvolvimento da economia, o que é a sua primeira tese. A segunda, é de que a economia neoclássica faz sempre uma vinculação entre ineficiência e abundância, e eficiência e escassez. A lógica neoliberal é a de que é necessário reduzir os recursos para as políticas sociais porque, com mais escassez, administra-se de forma mais eficiente. Segundo o mesmo autor, trata-se de um engano. Basicamente devem-se ter as condições mínimas de cobertura de cidadania

dos direitos mínimos para que se obtenham condições operacionais para conseguir melhor eficiência.

Uma terceira e última tese e com a qual se concorda é a de que, na resolução dos problemas, a participação social, comunitária, é fundamental. Também uma outra força que poderia efetivamente contrastar com essa e dar um sentido redistributivista ao nosso desenvolvimento econômico é a solidariedade.

Porém, no texto Família e Proteção Social – questões atuais e limites da solidariedade familiar –, Gueiros (2002) questiona: pode a solidariedade familiar suportar a ausência de políticas públicas de proteção social voltadas para setores mais vulnerabilizados da sociedade?

A autora refere que, à medida que o Estado restringe sua participação na “solução” de determinados segmentos – como, por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e pessoas com problemas crônicos de saúde –, a família tem sido chamada a preencher essa lacuna, sem receber dos poderes públicos assistência para tanto.

Autores que discutem proteção social vêm apontando e problematizando o encolhimento do Estado e a própria despolitização da questão social e suas expressões, além dos conseqüentes reflexos nos padrões de proteção social. Em artigo recente de Yazbek (2001, p. 37), no qual discute a pobreza e a exclusão social como expressões da questão social no Brasil, refere que

o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o terceiro setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais que referendam a desigualdade. Assim as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que se esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

Tendo presente a responsabilidade da esfera pública no que se refere a políticas sociais de caráter universal que efetivamente respondam às demandas

socialmente colocadas, o intuito é levantar questões relativas à família, pois, como refere Yazbec, esta tem sido assumida como uma das alternativas para o enfrentamento de determinadas expressões da questão social. Sendo assim, é inevitável que no cotidiano o profissional da saúde depare-se com difíceis situações, nas quais se conta somente com o suporte familiar para responder a questões relacionadas ao sistema familiar.

Mioto (1997), ao considerar a família enquanto unidade, remete basicamente a duas ponderações sobre as inter-relações entre políticas sociais e família. A primeira relaciona-se ao fato de que, como estão organizadas as políticas sociais, não incluem a idéia de família como totalidade; ao contrário, são implementadas em função dos indivíduos. Elas não incluem nenhuma previsão dos impactos que terão sobre as famílias e nas suas avaliações também não são considerados os indicadores de análise sobre os efeitos que as políticas públicas têm na vida familiar. A setorização das políticas sociais e a inexistência de canais de integração entre elas têm gerado uma inoperância em relação às famílias. Dentro delas, a família é sempre vista pelo retrovisor e não como foco de atenção (TAKASHIMA apud MIOTO,1997). Considerando a fragmentação dentro da qual a família é tratada, é necessário esforço no sentido de articular e integrar as políticas setoriais para que possam facilitar e melhorar a qualidade de vida das famílias.

A segunda reflexão refere-se à reafirmação da importância que as políticas sociais, particularmente as públicas, têm no cotidiano na vida familiar. São elas que, num dia-a-dia de pobreza – como o do brasileiro –, podem garantir condições objetivas de sobrevivência. Conforme foi visto nos itens anteriores, os aspectos externos dados pela política econômica vigente constituem-se numa fonte importante de estresse familiar. Por isso, a viabilização de políticas assistenciais tem de ser priorizada.

Para finalizar a discussão sobre os processos de atenção às famílias, deve-se dizer que os três aspectos arrolados (espaço institucional e modelo assistencial, processos familiares e intervenção profissional, políticas sociais e atenção à família) são partes de um todo, e, portanto, não podem ser tratados separadamente. Ou seja, em qualquer dos espaços de atenção à família em que estiver inserido, o

profissional não pode perder de vista o processo global e principalmente as ressonâncias que a sua ação possa ter no contexto dos demais espaços.

Nessa perspectiva, assinala-se a responsabilidade dos profissionais que trabalham diretamente com as famílias no direcionamento das políticas sociais, isto é, se o objetivo é ter políticas sociais integradas que atendam às reais necessidades das famílias usuárias de nossos serviços, é preciso uma prática profissional competente, não só no sentido de atender as famílias dentro de suas especificidades, mas também de fazer da prática cotidiana um aprendizado de natureza investigativa. Esta é que poderá subsidiar a implementação e a avaliação de políticas e programas sociais que atendam aos ideais já propostos na formulação de algumas políticas sociais e que sejam adequadas à realidade. Além disso, tais estudos e análises poderão ser elementos importantes para a contraposição de propostas incongruentes com as necessidades das famílias e/ou que firam a autonomia delas.

Complementando, Carvalho e Guará (1994) referem que, no cenário dos direitos das crianças e adolescentes, a família emerge como referência insuprimível, pois é ela que, em primeira instância, gesta, cria e assume a proteção de suas crianças e seus adolescentes. Por vezes, a tendência de fracionar os seguimentos portadores de direitos – a criança, o adolescente, a mulher, o idoso – acaba por embarçar as demandas de justiça e proteção do grupo familiar. Famílias castigadas pela pobreza e exclusão, na maioria das vezes, só podem predestinar o mesmo horizonte de vida na exclusão.

Quase sempre, ao observar crianças deslocadas de seu contexto familiar e a percepção de sua tragédia, pode eventualmente remeter a análises simplistas em que a culpabilização da família é uma das idéias recorrentes. Entretanto, sabe-se que, atrás de crianças e adolescentes em abandono, existem famílias desamparadas, esquecidas pelos programas das diferentes políticas sociais e negligenciadas até mesmo pela política de assistência social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece o importante papel que a família desempenha no provimento das necessidades fundamentais de seus filhos, reservando um capítulo para a garantia do “*Direito a Convivência Familiar e*

*Comunitária*”. Quando trata da política de atendimento, o ECA recomenda, como medida de proteção, o retorno da criança ou do adolescente ao ambiente familiar, mediante termo de responsabilidade, a orientação, o apoio e a inclusão também da família em programas de auxílio, orientação ou tratamento.

O ressurgimento da família na última década, enquanto unidade de atenção das políticas públicas, reflete uma retomada de consciência sobre a importância desta como provedora básica. Indica também a sua revitalização como continente afetivo e espaço de reagregação de programas e investimentos dispersos e atomizados nas diversas redes institucionais.

O tópico, a seguir, apresenta uma articulação teórica dos aspectos psicossociais da família sustentados pela Teoria do Desenvolvimento da Família (1996) e sua aplicabilidade em situações vivenciadas pela autora em seu cotidiano junto aos Programas de Assistência a Famílias privadas em seus direitos básicos de cidadania, que, segundo a teoria preconizada, encontram-se na Fase de Aquisição. Busca assim identificar as possibilidades e os desafios em aplicar uma teoria à prática através do olhar e da contribuição da Psicologia Social Comunitária.

### **3.3 Aspectos psicossociais da família e sua aplicação no cotidiano dos profissionais**

Klein e White (1996) citam que a Teoria do Desenvolvimento da Família vivenciou, até o momento, três distintas etapas de maturação. Ela surge com a idéia de ciclo de vida familiar, na primeira metade do século XX, a qual, mais tarde, é substituída pelo conceito de carreira da família. A última fase é a atual, em que a teoria sofre críticas e se reestrutura principalmente em relação aos estágios de vida que eram vistos de forma determinante e invariável e as tarefas de desenvolvimento. A teoria hoje pode ser considerada como vivendo um período de formalização com proposições, conceitos e modelos. Entre os principais teóricos responsáveis pelo desenvolvimento desse estudo, os autores apontam Paul Glick, Evelyn Duvall, Hill e Rodgers e Aldous. A divulgação da teoria entre os profissionais da saúde tem sido

principalmente através do trabalho de Carter e Goldrick (1995) e, no Brasil, encontra-se o estudo de Boehs (1990) e o de Cerveny e Berthoud (1997).

Para os autores, a teoria está fundamentada em certos pressupostos que têm por base a família, não como grupo restrito, mas inserida em um tecido social mais amplo. Tais pressupostos dizem respeito aos múltiplos níveis de análise da teoria (como grupo, agregado de famílias e a família como instituição social); as funções da família como grupo e como unidade semipermeável, em uma visão multidimensional de tempo.

O foco principal da teoria são as mudanças significativas e padronizadas vivenciadas pelas famílias, enquanto se movem através dos estágios da vida familiar. A família passa a ser vista como um grupo social composto por indivíduos que interagem entre si, compondo uma unidade semipermeável, ocupando posições, desempenhando papéis sociais, criando normas para o viver em conjunto, construindo uma trajetória de vida e sujeita a regras e expectativas da sociedade na qual está inserida.

Dentre os **conceitos** abordados pela Teoria do Desenvolvimento da Família, sobressaem:

**a) Desenvolvimento e mudança na família:** o desenvolvimento familiar é uma das formas de mudança, mas não a única, sendo um processo ontogenético e sociológico.

**b) Posição, normas e valores:** as famílias fazem parte de uma estrutura de parentesco que aponta quem são os seus integrantes. A *posição* é definida pelo gênero, pelas relações de sangue, pelo casamento e geracional. As disposições básicas são marido-mulher; pai-mãe; filho-filha; irmão-irmã. As *normas* são regras sociais que regulam o comportamento individual e grupal, por exemplo, o incesto. Entendem-se as regras como algo a ser cumprido nos diferentes estágios da vida familiar e nas diferentes idades para o indivíduo e para a própria família. Assim, não se aplicam as mesmas normas à criança pré-escolar e ao adolescente, como também há expectativas sociais diferentes para a família em expansão e para a que vivencia a fase adulta.

**c) Papel:** é entendido como as normas vinculadas a uma posição na estrutura de parentesco. As posições são definidas estruturalmente, mas o conteúdo de um papel modifica conforme os grupos étnicos, as sociedades, etc.

**d) Estágio ou etapa da vida familiar:** é o intervalo de tempo no qual a estrutura e o padrão de interações de papéis na família são claros, visíveis e qualitativamente distintos de outros períodos de tempo. O estágio é geralmente inferido a partir de eventos que indicam uma mudança nos membros que compõem a família ou na forma como estão organizados espacial e interacionalmente. Por exemplo, os filhos em idade adulta (ninho vazio) não significam o fim do papel parental, mas uma mudança na organização espacial e interacional.

**e) Transição:** corresponde à mudança de um estágio para o outro. A carreira da família é composta de várias transições. As transições de uma fase a outra são indicadas por determinados eventos. Os estágios e os eventos são experimentados como “no tempo” ou “fora do tempo”. Geralmente as normas sociais vinculadas à idade e ao estágio oferecem expectativas quanto ao tempo.

**f) Tarefa de desenvolvimento:** tem sido redefinida como o “conjunto de normas emergindo de um estágio específico da trajetória familiar ou carreira familiar”. Destaca-se como uma inter-relação de tarefas primordiais da família para com a sociedade, na formação de um indivíduo cidadão, e da sociedade para com a família, na promoção dos mínimos sociais, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social.

**g) Carreira familiar – Trajetória familiar:** esse conceito tem substituído o de ciclo de vida familiar. A carreira familiar é composta de todos os eventos e estágios vividos pela família.

É impossível identificar a família como um modelo único e ideal, pois ela se manifesta como um conjunto de trajetórias em que cada componente apresenta sua especificidade, considerando a fase do Ciclo Vital na qual se encontra. Entretanto, para que seja possível um recorte teórico referente ao Ciclo Vital da Família que possibilite uma reflexão, está se identificando como uma das Fases do Ciclo Vital, segundo Cervený e Berthoud (1997, p.49), a Fase de Aquisição. Essa etapa, conforme a autora,

é uma fase na qual há o predomínio da tarefa ADQUIRIR. E adquirir em todos os sentidos: material, emocional e psicológico. É este o momento no qual os indivíduos estão bastante envolvidos no complexo movimento de dar e receber; conquistar e ceder; ser e vir a ser [...], essa nova fase exige maturidade e demanda tempo, [...] é da resolução dos conflitos típicos que aqui ocorrem, que as fases futuras irão depender.

Nesse sentido, identifica-se a possibilidade de a Teoria do Desenvolvimento da Família, conforme Klein e White (1996), sustentar a prática do profissional de Psicologia, como profissão da saúde, e o desafio de compreensão do sistema familiar como um sistema com suas especificidades. Há de se considerar que um casal, quando inaugura a vida a dois e familiar, coloca, na maioria das vezes, em seu projeto de vida, o nascimento e a acolhida dos filhos. A possibilidade desse projeto acontecer perpassa pela segurança da estabilidade dessa união até então. A criança é um ser frágil e, se não encontra, à sua chegada, um ambiente de segurança e amor, enfrentará problemas sérios em seu desenvolvimento.

Poder-se-ia assim dizer que uma primeira e fundamental função psíquica da família é prover o alimento afetivo indispensável à sobrevivência emocional dos recém-nascidos. A importância dessa nutrição afetiva foi objeto dos estudos de Spitz que, a partir de 1935, observou e registrou, em filmes, as reações dos recém-nascidos a situações de privações afetivas. Também entre as funções sociais da família, por sua relevância ao longo do processo civilizatório, está a transmissão das pautas culturais dos agrupamentos étnicos. Outra importante função social da família delegada pela sociedade é a preparação para o exercício da cidadania (OSÓRIO 2002, p.20-21).

A família é, para a Psicologia, revestida de uma importância vital, visto que é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade de cada novo ser humano. Assim, a família é vista como o primeiro espaço psicossocial, ou seja, o protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo. É a matriz da identidade pessoal e social, uma vez que nela se desenvolve o sentimento de pertinência que vem com o nome e fundamenta a identificação social, bem como o sentimento de independência e autonomia, o qual toma por base o processo de diferenciação que permite a consciência de si mesmo como alguém diferente e separado do outro. O pertencer é constituído, por um lado, pela participação da criança nos vários grupos familiares ao acomodar-se às regras, aos padrões interacionais e ao compartilhar da

cultura particular da família, que se mantém através do tempo, como mitos, crenças, hábitos (MINUCHIN,1982). Já o diferenciar-se é construído, de um lado, pela ocupação de diferentes posições no próprio seio familiar e, por outro, pela participação em grupos extra-familiares.

Para Macedo (1994) é justamente por sua natureza que a Psicologia procura definir família diferenciando-a de outros grupos sociais, pelo fato de os indivíduos que a compõem estarem ligados por fortes laços de afeição e lealdade, não sendo a afiliação passível de demissão – nela só se entra através do nascimento, da adoção e do casamento e só se sai pela morte. Portanto, o que caracteriza fundamentalmente a família são as relações de afeto e compromisso e a durabilidade de sua permanência como membro.

O propósito da família seria prover um contexto que supra as necessidades primárias de seus membros, referentes à sobrevivência – segurança, alimentação e um lar –, ao desenvolvimento – afetivo, cognitivo e social – e ao sentimento de ser aceito, cuidado e amado.

Satisfazer tais necessidades é fundamental para o desenvolvimento da personalidade e depende da capacidade da família para construir estrutura e relações adequadas. Essa estrutura – que aqui se refere aos membros que a compõem em termos de idade, sexo, ordem de nascimento e organização – deve ter flexibilidade suficiente para atender as necessidades evolutivas dos mesmos. Para a autora, considera-se suficientemente boa a família que provê um ambiente saudável em termos da relação mãe-criança, pai-criança, enfim relações entre todos que são mais significativas. Dessa forma, acredita-se que a criança terá, na família, o suporte e provimento afetivo além da sua subsistência, o que a torna uma pessoa segura para crescer.

Considerando o processo educacional de um indivíduo, a família desempenha papéis a fim de possibilitar ensino/aprendizagem, quando se vai tendo a oportunidade de experimentar relações afetivas e sociais para, através de um processo educativo amplo e abrangente, desempenhar funções básicas para a sua sobrevivência. Portanto, a concepção de família seria como uma instituição

encarregada da transmissão da cultura, promovendo, ao mesmo tempo, sustento e afeto.

A família, como unidade matricial do corpo social, tem seu papel a desempenhar. A forma como as relações se processam no âmbito da família é o modelo interacional para o funcionamento das coletividades. É nos lares de origem que se esboça o caráter do indivíduo e, para embasá-lo, nada melhor que a noção vivenciada no contexto familiar de que o direito de cada um termina onde começa o do próximo, sendo uma condição *sine qua non* de qualquer progresso na esfera sócio política (OSÓRIO, 2002).

De acordo com Gueiros (2002), a família, ao longo da história moderna, foi se caracterizando como um espaço de inserção e apoio para o indivíduo, embora não se negue também a existência nela da reprodução da desigualdade e da violência. Além disso, nas últimas décadas, a sociabilidade familiar parece estar sendo ainda mais valorizada, talvez porque o trabalho – assumido historicamente como o principal representante de integração e de acesso à cidadania, apesar de sua dimensão de exploração – está deixando de fazer parte da vida de muitos indivíduos, especialmente na condição de emprego, em decorrência de políticas neoliberais adotadas no Brasil a partir do final da década de 1980 e intensificadas na década de 1990. Gueiros refere ainda que, diante da ausência de políticas de proteção social que deveriam ser implementadas pela esfera pública, depara-se, no cotidiano profissional, com a pressão para que se encontre junto à família respostas para as graves situações vividas pelos indivíduos que dela fazem parte. Entretanto, o que é vivido por parcela considerável dos setores sociais mais vulneráveis, por si só, não dispõe do básico para promover a integração social e o desenvolvimento social de seus membros.

Conhecer a família da qual se fala e para a qual, muitas vezes, dirige-se a prática profissional é fundamental; também é imprescindível compreender a sua inserção social e o papel que lhe está sendo destinado; e, da mesma forma, é necessária mobilização de recursos da esfera pública, visando à implementação de políticas de caráter universalista que assegurem proteção social. Também, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições de prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à

educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contem com a possibilidade da elevação do nível de qualidade de vida e bem-estar, aspectos inerentes à construção da cidadania.

Pode-se sinalizar, neste momento, a necessidade de intervenções que interpretem e reflitam a realidade social, tornando-se uma mediação entre o sujeito excluído e o resgate da cidadania, pois é premente não somente uma maneira eficaz de fazer, mas principalmente redefinir a própria busca de uma outra prática.

Identifica-se, nesse sentido, conforme Vasconcellos (1999, p.15), a mudança nas formas de análise e nas conseqüentes intervenções das propostas de atenção à saúde:

cabe o exercício de uma nova prática, com base em outra racionalidade, partindo de uma premissa solidária e construída de forma democrática e participativa, capaz de transformar os indivíduos em verdadeiros atores sociais e sujeitos do próprio conhecimento.

Sabe-se, porém, que o processo de mudança da simples adaptação à transformação não acontece isoladamente. A realidade social em que vivemos acaba por dificultar o processo escrita-leitura-reescrita. Segundo Freire (1997, p.43), a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia dominante que estimula a imobilidade dos oprimidos e a sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores.

A não valorização dos direitos civis e políticos e a desvalorização de classes sociais através da exclusão tornam-se um forte obstáculo da compreensão do que é ser cidadão no Brasil. Tudo isso vem favorecer a incapacidade das pessoas em assumir responsabilidades, em criar projetos próprios, em produzir conhecimentos. Discutir cidadania frente à situação que é apresentada, na qual questões básicas como alimentação moradia, saneamento básico e outras estão estruturalmente abaladas, não se mostra uma tarefa fácil. Mas isso não pode ser visto como justificativa para que aspectos psicológicos não sejam explicitados, ao contrário, precisam efetivamente ser trabalhados em parceria às questões sociais que envolvem as necessidades básicas.

Takashima (1998), ao referir Bilac, renomada pesquisadora da família brasileira, revela que a mesma em seus estudos, tem mostrado o obscurecimento

marcante dos modelos familiares das camadas populares e médias e seus processos de sociabilidade. As primeiras foram por ela enfocadas entre as décadas 70 a 80, e as de classe média, no período de 80 a 90. Quanto a essas famílias, a principal conclusão da pesquisa diz respeito à necessidade de serem adotadas abordagens diferenciadas diante de suas complexidades e heterogeneidade.

Compreender essas famílias nas suas distintas relações no âmbito da sociedade significa, predominantemente, contribuir para a concretização da cidadania emergente da nova mulher chefe da família, responsável pela criação, manutenção e educação dos filhos, realidade essa cada vez mais freqüente, conforme revelam os mais recentes estudos e pesquisas oficiais divulgados. Nesse sentido, reiterando as colocações da autora, há de se considerar as profundas transformações na estrutura e no modelo familiar nos últimos anos. Essas mudanças levaram a diferentes configurações e a forma de olhar a rede de relações familiares.

Para Mameded (2003 p.83) “família não é um modelo, é um sentimento de pertencimento”, e, mesmo nos núcleos tradicionais, o papel exercido pelos pais tem sofrido alterações significativas. Essas mudanças precisam ser consideradas ao se discutir o desenvolvimento infantil em famílias em fase de aquisição, lembrando que, seja qual for a sua configuração, a família continua sendo a instituição social responsável pelos primeiros cuidados, pela proteção e educação da criança e do adolescente, ao mesmo tempo, o primeiro canal de afetos, das relações sociais e das aprendizagens.

De acordo com Kaloustiam (2000) a *práxis* deve estar sempre voltada às programações de efeito sinérgico, na quais as necessidades atendidas provoquem nas famílias um aprendizado político e pedagógico, com maior auto-estima e noções de cidadania. Esse desenvolvimento das pessoas e famílias não se dá completamente, nem apenas na vida privada e tampouco na vida pública – progride um no outro.

Qual a responsabilidade que os profissionais da área da saúde que trabalham diretamente com as famílias têm no direcionamento das políticas sociais? Ou seja, se o objetivo é ter políticas sociais integradas que atendam as reais necessidades das famílias, necessita-se de uma prática profissional competente, não somente no

sentido de atender as famílias dentro de suas especificidades, mas também no de fazer da prática cotidiana uma prática de natureza investigativa. Nesse sentido, a Psicologia entende que passa a ser um aprendizado aprender a respeitar os projetos de vida das famílias e ampliar o seu foco de atenção através de uma relação dialógica e criativa. Parece ser este o grande desafio.

## 4 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A ciência é uma das formas pela qual o homem adquire o conhecimento. Segundo Gil (1995), ela pode ser dividida no que se convencionou denominar de ciência formal (que trata de entidades ideais e suas relações) ou ciência empírica (que enfoca os fatos e processos), que podem ser classificadas em naturais e sociais. O presente estudo trata de uma pesquisa social que leva em conta as interações entre os indivíduos e tem a possibilidade de compreender os fenômenos humanos de forma mais abrangente.

### 4.1 Natureza e tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, pois procura investigar atividades práticas e cotidianas dos atores sociais e compreender o sentido que os mesmos atribuem aos fatos e acontecimentos da vida diária. O pesquisador passa a ser um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 1998).

O estudo realizado decorreu de um processo indutivo em que se definiu e delimitou a exploração dos contextos ecológicos e sociais, nos quais se realizou a pesquisa, da participação dos sujeitos, co-participes do estudo, que conhecem o objeto e emitem juízos sobre ele.

#### 4.1.1 Pesquisa Participante

Segundo Haguete (2000), a pesquisa participante (PP) tem sido mais facilmente caracterizada do que definida na literatura especializada. Percebe-se de imediato que ela envolve um processo *de investigação, de educação e de ação*,

embora alguns autores enfatizem a *organização* como um componente fundamental da pesquisa participante.

Brandão (1987) reproduz uma definição de PP expressa por Grossi, por ocasião de um encontro em Montreal, em 1977: “é um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos”. Portanto, é uma atividade de pesquisa educacional e orientada para a ação. Em certa medida, a PP foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo acadêmico e o “real”, entre os intelectuais e trabalhadores, entre “ciência” e “vida”.

Os elementos enfatizados nas definições citadas que pareceram mais relevantes são:

- a realização concomitante da investigação e da ação ;
- a participação conjunta de pesquisadores e pesquisados;
- a proposta política pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica); e
- o objetivo de mudança ou transformação social.

A pesquisa participante é um método, ou ainda, uma estratégia de pesquisa, concebida a partir dos problemas vividos pela população pesquisada, com a participação dos grupos sociais diretamente envolvidos na problemática e em todo o processo de conhecer e transformar a realidade. O objetivo desse tipo de pesquisa é produzir um conhecimento, um saber, que possa ser um instrumento imediato para melhorar a vida das pessoas. Reconhece-se que, em todo e qualquer setor social, existe um saber que deve ser valorizado e instrumentalizado a seu próprio favor.

Para Rizzini *et al.* (1999, p.40), a proposta da pesquisa participante é

gerar um novo tipo de saber, a ser continuamente construído por todos os envolvidos em sua prática; um saber democrático não só na construção, mas também na sua difusão e utilização. Enfim, um saber de mãos dadas com a práxis que o gera, testa valida e enfim transforma.

Huynh (*apud* RICO, 1999) define a pesquisa participante como a pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo e que responde especialmente às necessidades da população que compreende as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É uma metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do mundo exterior.

Entretanto, deve-se admitir quão difícil, e até impossível, é um trabalho de natureza transformadora junto a uma comunidade cuja “consciência possível” não atingiu o limite de suas potencialidades. Por outro lado, pode-se também conceber que a própria criação do saber é uma fonte de poder, o que, a longo prazo, poderia colaborar no projeto de transformação social (DEMO, 1999).

Nesse sentido, Rico (1999) e Brandão (1999) apresentam os seis princípios metodológicos na proposta enunciada por Orlando Fals Borda (1981), que serviram como pontos norteadores na sustentação metodológica do presente estudo.

**1. Autenticidade e Compromisso:** este princípio propõe que o pesquisador demonstre honestamente o seu compromisso com a causa em questão, oferecendo contribuição específica na área de sua especificidade.

**2. Antidogmatismo:** significa não aplicar rigidamente à pesquisa algumas idéias pré-estabelecidas ou alguns princípios ideológicos.

**3. Restituição Sistemática:** consiste no retorno de informação aos campos de base, de uma forma sistemática e organizada.

**4. Feedback aos intelectuais orgânicos:** versa na promoção de um *feedback* dialético das bases para os intelectuais engajados. O debate entre os diversos colaboradores permite atingir um determinado nível de discussão científica sobre o que se faz no campo, gerando uma importante articulação teórica de modo que forme uma visão integrada de todo o conhecimento.

**5. Ritmo e equilíbrio de ação reflexão:** propõe-se que se mantenha uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo, como um ato de permanente equilíbrio intelectual.

**6. Ciência modesta e técnicas dialogais:** assume-se que a tarefa científica pode ser realizada mesmo nas situações mais insatisfatórias e primitivas, com o uso dos recursos locais. Em decorrência dessa concepção, é recomendado ao pesquisador adotar a humildade dos que realmente querem apreender e descobrir, romper com a assimetria das relações sociais e incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços da pesquisa.

## **4.2 População – Sujeitos**

### **4.2.1 A Instituição**

O Centro Integrado de Atendimento a Criança, ao Adolescente e a Família – CIACAF – Cidade da Criança iniciou suas atividades no ano de 2001. Esse núcleo contempla uma proposta mais ampliada no que se refere ao aspecto da multidisciplinaridade, enfocando o atendimento da família em sua totalidade. O atendimento está direcionado a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, bem como suas famílias, residentes no município de São José. Pode-se definir situação de risco, como perigo mais possível do que provável que alguém se acha ou se encontra. Diante disso, o perfil da população a ser atendida caracteriza-se como crianças e adolescentes que estão com sua integridade e seu desenvolvimento físico e psicológico, emocional e intelectual comprometidos, sem a garantia de seus direitos fundamentais. Nesse sentido, existe a necessidade de, através de programas sociais, atender a demanda apresentada com serviços

voltados ao desenvolvimento biopsicopedagógicosocial<sup>4</sup> (cf. PROJETO POLÍTICO SOCIAL, 2002).

O CIACAF atende crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos, excepcionalmente 21. Já as famílias que se propõe atender:

- São carentes;
- Muitas vezes moram em áreas de invasão, entre os 12 bolsões de pobreza do município;
- Na maioria das vezes, não têm nenhuma renda, ou quando possuem, devido ao grande número de familiares, não conseguem manter as condições mínimas de sobrevivência;
- Grande parte não possui saneamento básico ou banheiro;
- O pai e/ou a mãe encontram-se desempregados;
- Crianças e adolescentes apresentam problemas psicológicos ou psiquiátricos;
- Há pessoas portadoras de deficiência;
- Existem pessoas portadoras do vírus HIV; e
- Possuem gêmeos ou trigêmeos.

Considerando essa realidade, a missão do CIACAF é “assegurar às crianças, aos adolescentes e às famílias do município de São José, o acesso às Políticas Públicas, garantindo seus direitos à cidadania”.

A sua visão é, conforme o Planejamento Estratégico (2003, p.9),

ser referência estadual na qualidade dos serviços prestados às crianças, aos adolescentes e às famílias do município de São José, reduzindo o número de famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, contribuindo no processo de consolidação de um novo projeto societário.

---

<sup>4</sup> Por biopsicopedagógicosocial entende-se o desenvolvimento que contempla a totalidade do indivíduo, ou seja, o ser humano em suas 'esferas' biológica, psicológica, social e educativa.

#### 4.2.1.1 O Programa Família Cidadã

Entre os oito Programas que atendem a demanda apresentada, este estudo elegeu o Programa Família Cidadã, implantado em março de 2002, o qual tem como finalidade acatar o artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente referente ao apoio sócio-familiar, ou seja, atender as necessidades das crianças e dos adolescentes e de suas famílias, em caráter emergencial ou temporário, através da assistência de auxílios materiais, orientação, apoio e acompanhamento, a fim de resguardar seus direitos enquanto cidadão.

De acordo com o Projeto Político Social, elaborado no final do ano de 2003, o programa apresentava uma demanda de aproximadamente 400 famílias, sendo que muitas destas já tinham sido atendidas anteriormente pelo antigo Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, do projeto Criança SIM (Sistema Integrado Municipal).

O público alvo do programa são crianças, adolescentes e suas famílias residentes no município de São José que necessitam de atenção especial e assistência por motivo de doenças crônicas, deficiências múltiplas, famílias com gemelares ou mais, e/ou por crises e dificuldades (desemprego, dependência de substâncias psicoativas, dificuldade financeira, problema com moradia, conflito nas relações, entre outras) no contexto familiar que necessitam de orientação, apoio e acompanhamento temporário, as quais se encontram mais vulneráveis aos riscos pessoais por sua condição peculiar biopsicopedagógicosocial.

A demanda desse programa é representada pelo fato de famílias receberem emergencialmente auxílio com leite, medicamento, alimento, passes para tratamento de saúde, fraldas descartáveis, próteses e órteses, entre outros auxílios materiais que são peculiares a cada caso. Há também algumas famílias que procuram atendimento por situações advindas de momentos de crises. Quanto às situações de crises familiares que atravessam, dependendo do contexto que estão vivenciando e o comprometimento de suas relações, algumas famílias recorrem ou aceitam ajuda institucional que lhes são oferecidas, pois, quando sozinhas, não conseguem enfrentar suas dificuldades. As diversas formas de exclusão social que não

propiciam o acesso a certos bens e serviços representam fatores que interferem para que as famílias se considerem incapazes e sobrecarregadas em suas responsabilidades. Tratam-se também de crianças, adolescentes e seus responsáveis, portadores de doenças crônicas (tuberculose, HIV-Aids, paralisia cerebral, etc.), deficiências múltiplas, gemelares ou mais, dependência química ou desemprego, problemas de moradia, entre outras situações peculiares.

O trabalho realizado a partir de um enfoque multidisciplinar consiste em estudos de caso, entrevistas, visitas domiciliares, contatos com terceiros e instituições, assistência material, apoio, acompanhamentos sistemáticos, bem como atendimento psicológico individual e em grupo, sendo indispensáveis para o estudo e a compreensão do contexto familiar em sua totalidade. A equipe desse programa procura direcionar ações que visem à autonomia das famílias e sua colaboração na construção de políticas públicas. Torna-se relevante que a equipe vislumbre sempre perspectivas novas de intervenção e atente para a construção e reconstrução das metodologias de atendimento (cf. PPS, 2002). Realiza-se também encaminhamentos a outros Programas do Centro Integrado, outros setores de atendimento internos e externos e serviços públicos e comunitários.

O trabalho a ser desenvolvido com o público alvo deste programa pretende abranger a seguinte sistemática:

- abordagem preliminar do caso para tomar as providências iniciais, procedendo com o atendimento emergencial quando necessário;
- abordagem junto às famílias através de entrevistas, visitas domiciliares, contatos com terceiros e instituições;
- realização de estudo de caso com a equipe multidisciplinar do programa para avaliação;
- encaminhamento para atendimento psicológico individual ou em grupo a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis e demais familiares;
- em concordância com a avaliação de cada caso pela equipe multidisciplinar, assistir materialmente, orientar, apoiar e acompanhar sistematicamente as famílias;

- realização de reuniões, encontros e atendimento em grupos com o público alvo, visando atividades de caráter educativo, preventivo, terapêutico e promocional;
- encaminhamentos a rede de atendimentos de outros setores internos e externos, serviços públicos ou comunitários (saúde educação, geração de renda e outros), na garantia de direitos;
- participação em capacitações;
- promoção que visem à autonomia da família e ao encerramento do caso;
- colaboração para a construção de Políticas Públicas;
- avaliação contínua das ações da equipe com o público alvo.

Ainda, no que se refere à definição do atendimento da família integralmente, o Programa Família Cidadã buscou a construção de critérios que visem facilitar a operacionalização do programa, de acordo com o que segue:

- atendimento temporário pelo período de até 6 meses, salvo os casos que houver necessidade de ser prolongado esse prazo;
- plantão do Serviço Social para atendimento das famílias que necessitem de repasses de benefícios, orientações e encaminhamentos;

O acompanhamento sistemático às famílias selecionadas, por ordem de prioridade de inclusão que necessitem de visitas domiciliares periódicas (semanais ou quinzenais), poderá ser abrangido em número de quinze (15) casos a cada mês, por profissionais de Serviço Social.

O profissional da Psicologia poderá atingir um número máximo de vinte e oito (28) atendimentos semanais, sendo que cada pessoa receberá um mínimo de quatro (4) atendimentos com periodicidade semanal ou quinzenal.

O profissional de Enfermagem, pertencente ao quadro do CIACAF, acompanhará as famílias com necessidades quanto ao aspecto da saúde e de seus respectivos atendimentos, assim como o profissional de Pedagogia, além de colaborar para todo o processo da ação pedagógica do programa, acompanhará as

crianças/adolescentes que apresentem dificuldades quanto ao aspecto ensino-aprendizagem.

As famílias que receberem acompanhamento pela equipe multiprofissional, conforme as orientações e encaminhamentos, serão co-responsáveis no processo de busca de soluções das situações relevantes que as levaram a ser incluídas no programa, devendo respeitar os “contratos firmados” nos atendimentos, bem como os horários de funcionamento das atividades.

Considerando os objetivos do estudo, foram convidados a participar os seis (6) profissionais do Programa Família Cidadã, que, naquele momento, formavam a equipe; três assistentes sociais (3), uma psicóloga (1) e uma (1) estagiária em Serviço Social.

#### **4.3 A pesquisa participante em ação**

Não existe um modelo único de ‘pesquisa participante’ para Brandão (1987), pois se trata, na verdade, de adaptar, em cada caso, o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sócio-político, os objetivos perseguidos etc.). O método proposto teve por base, em seu desenvolvimento, elementos da Avaliação de Políticas Sociais proposta por Rico (1999), adaptado a este estudo quando elege a *Crítica Institucional e a Criação Coletiva*. Essa proposta caracteriza-se por um processo de investigação de uma realidade, desenvolvido a partir de 1960, -pela equipe do INODEP (*Institut pour le Développement des Peuples – Paris*), que se denomina *Critique Institutionnelle et Créativité Collective*, coordenada e publicada por Séguier, em 1976.

No interior desse movimento, a concepção de conscientização, definida por Freire (1980, p.26-27), primeiro presidente do INODEP, é a idéia geradora fundamental:

A conscientização é, neste sentido, um teste da realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente a realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato de ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece... A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário está baseada na relação consciência mundo.

O suporte epistemológico sobre o qual se apoiou essa abordagem se expressa a partir de um processo dialógico que deve ser entendido como *encontro entre os homens mediatizados pelo mundo* (FREIRE, 2000, p.93). Todavia esse diálogo a que Freire se refere requer um pensamento crítico. Esse diálogo é, na sua proposta, condição para a comunicação, e esta, para uma verdadeira educação. Uma educação que emancipa não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo – um mundo que impressiona e desafia a um e a outro, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Nesse processo dialógico, a incidência da ação é a realidade a ser transformada (FREIRE, 2000, p.98-99).

Nessa perspectiva, a *Crítica Institucional e a Criação Coletiva* foram propostas aos profissionais do programa em três momentos que se articularam em um único e harmonioso movimento, através de oficinas psicossociais. Para Nascimento (2003), oficina é entendida “como um trabalho estruturado com grupos, independente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central, que o grupo se propõe elaborar em um contexto social”. O mesmo autor reitera, as oficinas são “um método de intervenção psicossocial”.

#### 4.3.1 Primeiro momento: expressão e descrição da realidade

O primeiro momento das oficinas psicossociais constou de três encontros, com aproximadamente uma hora e meia de duração. No(a) primeiro(a)

encontro/oficina, os profissionais foram convidados a participar, pois, nesta ocasião, a pesquisadora expôs o projeto de pesquisa, estimulando a participação de todos. Foi ainda verificada a disponibilidade do grupo, bem como se abriu a possibilidade de pensar como seria a participação de cada um no processo. Ao final, foi proposta a construção de um cronograma e definido o local para a realização do mesmo. Na ocasião, os participantes tiveram o conhecimento de que o Projeto já havia sido submetido à avaliação pelo Comitê de Ética da UNIVALI e autorizado pela Direção do CIACAF (Apêndice A). Houve ainda a formalização de todos os integrantes do Programa, através da entrega para a assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido-Convite a Participação no Estudo (Apêndice B), assim como o compromisso da pesquisadora, com relação ao sigilo das informações.

O segundo e o terceiro encontros/oficinas tiveram início com a releitura dos anteriores e a proposta levada ao grupo de que descrevessem a realidade do Programa Família Cidadã: a proposta, os procedimentos, a relação entre a equipe, a relação do programa com os demais programas do CIACAF. Nesse sentido, acreditava-se que a ação participativa se iniciava e se fundamentava na realidade construída pelos sujeitos que vivem essa realidade.

As oficinas foram conduzidas de forma a estimular o trabalho do grupo, sempre permeado pelas questões que envolvem o conceito da cidadania emancipatória. Coloquei-me na posição de facilitadora das reflexões e discussões, inserindo-as numa problemática mais ampla.

#### 4.3.2 Segundo momento: crítica do material exposto

Esta etapa teve início após a apresentação dos registros realizados nos encontros/oficinas, referentes ao primeiro momento. Foi quando se convidou o grupo para fazer o que Ricco (1999) descreve como “reco crítico”, ou seja, juntos refletirem sobre sua *práxis*. Neste segundo momento, ocorreu apenas um encontro/oficina, no qual, após a apresentação de uma síntese do material, foram discutidos os dados de natureza de relações interpessoais, de práticas, do pensar a

prática cotidiana, inclusive o estímulo, a explicitação de contradições no nível das ações grupais e da instituição.

#### 4.3.3 Terceiro momento: criação coletiva

Nesta ocasião, o grupo, a partir da reflexão, produziu o seu próprio conhecimento. Aprendeu, com base na realidade objetiva percebida e experimentada no decorrer das oficinas, e apontou caminhos para a sua prática cotidiana.

O pressuposto básico que norteou os trabalhos no decorrer das cinco (5) oficinas foi de um processo de construção de um saber coletivo, ocasião em que foram identificadas novas possibilidades de intervenção visando à transformação da realidade. Esse momento foi concretizado a partir de uma proposta de ação para a prática cotidiana dos profissionais do programa Família Cidadã. Foram realizados os encaminhamentos necessários e encerraram-se os momentos propostos pelas Oficinas Psicossociais.

#### 4.4 Registro e Análise dos Dados

Os dados foram registrados no diário de campo no decorrer de todos os momentos, e a proposta de análise era de um *continuum* durante todo o processo. O produto final não tinha como objetivo a elaboração de um relatório. O que se constituiu de fundamental nesse processo foi a possibilidade de que as pessoas envolvidas tornaram-se mais conscientes de suas possibilidades, de seus limites e de suas autênticas e desejadas finalidades, e assim encontrassem soluções criativas para os problemas identificados. Enfim, acreditava-se na possibilidade de

que o grupo desenvolvesse um processo de auto-gestão, propondo-se a assumir as propostas elaboradas.

O processo de pesquisa participante não terminou ao se concluir os três momentos propostos no presente estudo. A análise crítica da realidade e a realização de ações programadas conduziram à descoberta de outras necessidades e outras dimensões da realidade. Partiu-se do princípio de que a ação é uma fonte de conhecimentos e de novas hipóteses. O diagnóstico, a análise crítica e a ação constituem, assim, três momentos de processo permanente de estudo, de reflexão e de transformação da realidade, os quais se nutrem mutuamente (BRANDÃO, 1999).

#### **4.5 Aspectos Éticos**

Os aspectos éticos deste estudo estão fundamentados na Resolução nº 196, de 10/10/1996, do Conselho Nacional de Saúde. Anterior à apresentação à equipe do Programa Família Cidadã, o projeto foi submetido e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVALI, sob o Registro nº 365/04, (Anexo A) e autorizado pela Direção do CIACAF (Apêndice A). Quanto ao comprometimento assumido pelo grupo, o mesmo foi oficializado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Convite a Participação no Estudo, como pesquisadora, reiterei o compromisso com a observância dos princípios éticos, sigilo das informações junto aos participantes (as quais utilizei nomes fictícios), oficializando o compromisso através do Termo de Compromisso (Apêndice C) e o Termo de Compromisso de Utilização dos Dados (Apêndice D), comprometendo-me com o *feedback* dos resultados para a instituição e a comunidade científica.

## **5 A TRAJETÓRIA DE UMA AÇÃO**

### **5.1 A Expressão da Realidade**

Esta primeira etapa da pesquisa aconteceu a partir do encadeamento da realização das três oficinas psicossociais, registradas a seguir. Esta etapa previa a realização de um contrato entre o pesquisador e os sujeitos, assim como a possibilidade de uma narrativa de natureza investigatória da história do programa na instituição, desde o seu nascimento até o momento atual.

#### **5.1.1 Oficina: o convite para (re)pensar**

A preparação desta primeira oficina começou a ocorrer na época da construção do Projeto, quando buscava que o mesmo viesse a fazer sentido ao cotidiano e à realidade enfrentada pelas profissionais do Programa Família Cidadã. Com a proximidade do encontro, a leitura e releitura do Projeto e a assimilação da proposta metodológica a partir da pesquisa participante se fez presente. Foi neste momento que planejei tópicos que seriam necessários serem trabalhados junto ao grupo, tais como: o convite, a apresentação do projeto, a negociação das datas, o horário e local e os aspectos éticos inerentes ao estudo.

Esse primeiro encontro era esperado por mim com forte expectativa, pois, por mais que eu já conhecesse o grupo e a instituição, devido à parceria estabelecida da Universidade com o CIACAF desde 2001, tinha a clareza do quanto dependeria da decisão de cada membro da equipe o participar ou não deste estudo, considerando os aspectos éticos citados anteriormente.

Considero importante destacar que, em outras ocasiões, anteriores a esse momento, em que encontrava os participantes da equipe, informalmente, anunciava que teria uma proposta, ou seja, um convite para fazer ao grupo, uma vez que já

havia recebido a autorização por parte da direção do CIACAF para realizar a pesquisa. Em uma dessas ocasiões, recorro-me de que a participante Maria referiu:

– Hum... Mais trabalho para nós!

Procurei tranquilizá-la, mas, nessa fase, ainda aguardava o trâmite do projeto de pesquisa pela Comissão de Ética da UNIVALI, para que pudesse apresentá-lo e formalizar o convite. Inicialmente, esse encontro fora agendado para o dia 25/10/2004, porém, por questões operacionais da equipe, a profissional Maria contatou-me previamente e recombinau nova data para o dia 05/11/2004, no mesmo horário.

Em 5/11/04, sexta-feira, foi a ocasião do primeiro encontro da pesquisadora com a equipe do programa Família Cidadã. Este teve início pontualmente, às 13h30min, no próprio local de trabalho, sala do programa no Centro Integrado de Atendimento à Criança ao Adolescente e à Família – CIACAF. Acompanhando a pesquisadora, estava a bolsista do Projeto de Extensão da UNIVALI – Cidadania: Um Programa de Atenção Psicossocial à Criança e ao Adolescente no CIACAF. Fomos convidadas a sentar junto à mesa redonda existente na sala, local onde a equipe costuma realizar seus momentos de trocas. Estavam presentes as quatro (4) profissionais que fazem parte da equipe: as três (3) assistentes sociais – Maria, Paula e Fernanda – e uma (1) psicóloga – Cláudia –, estando ausente a estagiária de Serviço Social, Carla.

Iniciei agradecendo a presença de todos e informei o objetivo do encontro, assim como a minha motivação em convidar aquele grupo, em especial, para participar da pesquisa. Em seguida, apresentei os objetivos e a metodologia a ser utilizada na investigação. O grupo ouviu atentamente a explanação e, ao final, foram proporcionados tempo e incentivo para esclarecimentos e comentários.

A assistente social Fernanda comentou:

– É, se pensarmos bem, o Programa já teve duas versões e, hoje, estaríamos na terceira versão. – sinalizando a trajetória do programa.

Nesse momento, percebi certa surpresa do grupo, pois, surgia clara a participação da equipe como sujeitos da pesquisa:

– Então a pesquisa é com a gente?

– Nós vamos ser os sujeitos da pesquisa!

Os comentários vieram ao encontro da reprodução da definição de Pesquisa Participante (PP) que Demo (1999) expressa por Grossi como “um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes [...]”.

Uma vez esclarecida a participação da equipe como sujeito da pesquisa, surgiu, por parte da profissional Paula, a necessidade de esclarecimentos:

– O que significava o termo aquisição? Por que fase de aquisição? – ao se referir ao título da pesquisa.

Expliquei, fundamentada em Klein e White (1996), autores do capítulo sobre a Teoria do Desenvolvimento da Família, o conceito de estágio da vida familiar como o intervalo de tempo no qual a estrutura e o padrão de interações de papéis na família são claros e visíveis, é geralmente inferido a partir de eventos que indicam uma mudança nos membros que compõem a família ou na forma como estão organizados. Por exemplo, a formação de um jovem casal, a chegada de novos membros na família, filhos pequenos, demarca a fase de aquisição. Sinalizei o quanto público alvo, ou seja, o quanto a maioria das famílias atendidas pelo Programa Família Cidadã, encontra-se nesta fase, uma vez que o CIACAF atende famílias com crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Após esse esclarecimento, a profissional Maria comentou acerca da possibilidade de estender o Projeto para os demais programas do CIACAF, como por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Segundo ela, os demais profissionais poderiam se beneficiar com as reflexões desse estudo. Comentei que, em determinados momentos, chegara a pensar nessa possibilidade, mas acreditava que ficaria mais produtivo trabalhar com os programas em separado, considerando os objetivos e as especificidades de cada um, aliado ao fato de que implicaria um tempo maior e inviabilizaria o cronograma deste estudo. Acreditava, porém, ser viável este mesmo projeto percorrer os demais programas do CIACAF em outros momentos.

Em seguida, Maria sugeriu a participação da psicóloga Cristina, considerando o fato de que ela vem compartilhando a trajetória desde o início do Programa e, naquele momento, mesmo não fazendo parte do quadro efetivo do programa, ainda mantém vínculo com o mesmo, prestando serviço para o Programa Família Cidadã, assim como para outros Programas. Agradei as sugestões de Maria e principalmente a lembrança da colega. Não via problemas em sua participação, muito pelo contrário, uma vez que conhecia a contribuição de Cristina para o Programa.

O grupo manteve-se atento e, quando questionado da aceitação ao convite sobre a vinda da colega, e de suas participações na pesquisa, responderam afirmativamente. Lembrou-se também da possibilidade de participação da estagiária Carla, a qual seria consultada. Nesse momento, procurei reforçar e incentivar a participação segundo a metodologia da pesquisa participante, de acordo com Rizzini *et al.* (1999, p.40),

a proposta da pesquisa participante é gerar um novo tipo de saber, a ser continuamente construído por todos os envolvidos em sua prática; um saber democrático não só na construção mas também na sua difusão e utilização. Enfim, um saber de mãos dadas com a práxis que o gera, testa, valida e enfim transforma.

A partir da proposta de Oficinas Psicossociais, os profissionais do Programa Família Cidadã aceitaram o convite para refletir sobre a inserção do conceito de cidadania em suas concepções e práticas, tendo como roteiro os três momentos propostos por Rico (1999).

Ao final desse encontro, foi construído, em conjunto com a equipe, um cronograma com as próximas datas e os respectivos horários, a partir da disponibilidade dos participantes. Ficou acertado também o local para a realização das oficinas, a sala conhecida na Instituição como a Sala de Dinâmica de Grupo. Foi o momento ainda de reiterar a participação e o papel da bolsista, que acompanharia as oficinas registrando o conteúdo das discussões, assim como também foi entregue o Consentimento Livre Esclarecido – Convite para a Participação do Estudo (Apêndice B) para a assinatura dos profissionais, formalizando a participação e reiterando aspectos éticos da pesquisa. A devolução do documento ficou sob a responsabilidade da bolsista. A profissional Maria ainda questionou sobre quem

ficaria responsável pela reserva da sala. A bolsista prontamente assumiu o encargo até porque teria atividade nesse mesmo local, após as oficinas, em alguns dias. Nesse momento, Maria ressaltou:

– Que bom! Dessa vez alguém é que vai reservar para a gente!

A pesquisadora agradeceu a participação, as contribuições e o aceite de todos em contribuir com a pesquisa e, uma vez que não tinham mais dúvidas, foi encerrado o encontro que durou aproximadamente uma hora, com a exclamação de Maria:

– Ah viu, nem doeu!

#### 5.1.1.1 Reflexões teórico-metodológicas

Comprometimento, foi esse o meu sentimento como pesquisadora, felizmente penso que procurei deixar explícito, através da minha fala, ao apresentar pausadamente o Projeto. O fato de realizar a leitura e releitura prévia do mesmo e a internalização dos seis (6) princípios metodológicos enunciados por Orlando Fals Borda (1981) foram fundamentais.

“Realização” era a palavra que traduzira esse primeiro encontro com os profissionais. Houve plena aceitação da proposta e da metodologia sugeridas, por parte dos integrantes que escutaram atentamente, solicitaram esclarecimentos, sinalizaram novas possibilidades, enfim, participaram. Essas ações vêm ao encontro dos principais elementos citados nas definições de PP que são: a realização concomitante da investigação e da ação; a participação conjunta de pesquisadores e pesquisados; a proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica); o objetivo de mudança ou transformação social. (HAGUETTE, 2000,p.33).

Também como ponto chave da PP é o conceito de participação que pode ser visto como um meio de fomentar e estimular o diálogo entre as pessoas que

trabalham na preparação, na implementação, no acompanhamento e na avaliação de projetos, de forma a obter informações sobre o contexto local e o impacto social. Lembrando que, na voz de Fernandes (2000), a cidadania só se constrói com a participação. Porém, a regulamentação de instrumentos participativos que possam influir nas decisões públicas não garantem por si só a sua implementação. Uma vez que participação é

o conjunto de atividades, mediante as quais os cidadãos de uma determinada sociedade pretendem influir tanto na escolha dos responsáveis pelas decisões políticas que afetam essa sociedade, como no processo que conduz às próprias decisões políticas que afetam essa sociedade, como no processo que conduz às próprias decisões relevantes para a coletividade (MOISÉS *apud* FERNANDES, 2000, p.63) .

Foi nesse encontro que percebi a aplicação do primeiro princípio da proposta de Borda (1981), que destaca como um dos pontos norteadores da sustentação metodológica deste estudo a autenticidade e o compromisso; este princípio propõe que o pesquisador demonstre honestamente o seu compromisso com a causa em questão, oferecendo contribuição específica na área de sua especificidade (RICO, 1999; BRANDÃO, 1999) penso ser esse princípio inerente ao pesquisador que opta por esta metodologia.

#### 5.1.2 Oficina: (Re)Pensar uma trajetória

Na preparação deste encontro detive-me em pensar uma técnica que estimulasse o grupo a narrar a história do programa desde o seu “nascimento”. Para isso, lembrei da “dinâmica da linha da vida”, mesmo tendo sido sempre utilizada no individual estaria propondo ao grupo, como estímulo para a narrativa da história do programa. Para isso, separei materiais que poderiam ser utilizados nessa construção tais como: folhas do tamanho A4 de cores diversas, cola, tesoura, revistas, canetas coloridas e papel pardo.

Conforme cronograma estabelecido, esse encontro aconteceu em 19/11/04, sexta-feira. Ao chegar à Instituição, recebi a informação de que a coordenação administrativa havia disponibilizado o auditório, considerando que era um dia muito

quente e, nesse local, ficaria mais confortável, inclusive com ar condicionado, para a realização das oficinas. Dirigi-me ao auditório juntamente com a bolsista para organizarmos o espaço, as cadeiras em forma de semicírculo em frente à fileira fixa das cadeiras do auditório. Aproximamos uma mesa de apoio, com os materiais que poderiam ser utilizados durante o encontro. Todas as profissionais estavam presentes, Maria, Paula, Cláudia, Fernanda e, também, Cristina, a psicóloga que acompanhou a trajetória do Programa e aceitara participar das oficinas. Importante registrar que Paula e Cláudia são profissionais mais recentes no Programa, pois ingressaram em 2004.

Maria entregou os termos de consentimento esclarecido assinados por todas e comentou que a estagiária teria confirmado a participação, mas que provavelmente chegaria um pouco mais tarde, pois estava com um pouco de dificuldade em conciliar os horários por se encontrar em fase de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os trabalhos iniciaram com poucos minutos de atraso, fazendo-se uma breve releitura do encontro anterior e convidando o grupo a refletir sobre o conceito “Fase de Aquisição” referente à família, citado naquela ocasião. Para isso, trouxe escrito, em uma folha A4 de cor amarela, o conceito de Cervený e Berthoud (1997), presente em sua obra “Família e Ciclo Vital”, demarcando a importância dessa fase do desenvolvimento das famílias atendidas pelo programa.

### *Fase de aquisição*

*É uma fase na qual há o predomínio da tarefa Adquirir.*

*E adquirir em todos os sentidos: material, emocional e psicológico. É este o momento no qual os indivíduos estão bastante envolvidos no momento complexo movimento de dar e receber; conquistar ceder; ser e vir a ser, [...] essa nova fase exige maturidade e demanda tempo, [...] é da resolução dos conflitos típicos que aqui ocorrem, que as fases futuras irão depender. (CERVENÝ e BERTHOUD, 1997, p.49).*

Figura 1: Conceito fase de aquisição

Na continuidade da oficina, a pesquisadora solicitou que a equipe construísse a Linha da Vida do Programa Família Cidadã. A proposta levada ao grupo foi a de que descrevessem a história do desenvolvimento do programa até aquele momento. Para isso, deixava-os à vontade para utilizar materiais que estavam sobre a mesa de apoio.

Ao pensar na dinâmica “linha da vida” usualmente utilizada na construção da linha da vida em caráter individual, a pesquisadora adaptou ao coletivo em sintonia com o pensamento de Cabral (2004), o qual enseja que a organização seqüencial das experiências vividas e a autoconsciência e coletivação das experiências é possível para que os integrantes do grupo reflitam sobre eventos passados e atuais, fazendo uma inter-relação de modo sincrônico e complementar pela representação de papéis de cada um na vida social, neste caso, na trajetória profissional de cada profissional no Programa. Todavia, não houve uma aceitação plena da técnica proposta, e Maria, então, sugeriu:

– Não dá para a gente ir falando, é melhor.

O grupo, de certa forma, reiterou a idéia de Maria, pois não houve nenhum movimento em utilizar materiais ou outra sugestão.

Nesse momento, respeitei o movimento do grupo e, assim, a equipe começou a narrativa da história do programa desde o seu “nascimento” e, de uma forma natural, comecei a registrar, nas folhas A4 coloridas, as etapas por meio de palavras sínteses que eram narradas pelas participantes. As falas ficaram intercaladas, mas com maior ênfase por parte das profissionais mais antigas.

Ficou evidente que, para compreensão da história do programa, o caminhar pela origem e pelo desenvolvimento do CIACAF, tornava-se necessário.

## PROJETO MUNICIPAL

### PROJETO CRIANÇA SIM-Sistema Integrado Municipal Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social

Em conformidade com as leis federais e estaduais e principalmente na busca de legitimação de seu papel, a Secretaria de Habitação e do Desenvolvimento Social estabeleceu, no ano de 1997, uma política de atenção à criança ao adolescente e às suas famílias, criando o Projeto Criança SIM. Os casos eram encaminhados ao Projeto através do conselho Tutelar da Vara da Família, Infância e Juventude, Fórum da Comarca de São José e dos departamentos de Serviço Social e Psicologia da Secretaria de Habitação e do Desenvolvimento Social.

Em 1997, quando foi criado, o projeto **CRIANÇA SIM** abrangia quatro programas:

1. **ABRIGO**- medida de proteção, provisória e excepcional, prevista no ECA para atender crianças e adolescentes em estado de abandono social

2. **FAMÍLIA SUBSTITUTA**- atender crianças e adolescentes que estão em situação de violência, maus tratos, impossibilitados de retornar à família de origem, inseridos no Programa Abrigo.

3. **ORIENTAÇÃO E APOIO SOCIO FAMILIAR**- às famílias cadastradas

4. **AUXÍLIO ALIMENTO**- às famílias cadastradas

Na época, com o desenvolvimento do município e o acontecimento de algumas mudanças, novos programas de atendimento foram implementados, procurando direcionar as demandas, surgiram:

**PETI ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL**, que visa atender crianças e adolescentes, na faixa etária de sete a quinze anos incompletos que se encontram em situação de trabalho e exploração infantil

**SENTINELA**, com o objetivo de orientar e apoiar a família, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE-PSC**, visando assistir, promover e orientar o adolescente autor de ato infracional.

Figura 2: Linha da Vida do Programa Família Cidadã (Parte 1)

Na ocasião, devido à grande demanda e o Projeto Criança SIM, não conseguir dar conta dos encaminhamentos que continuavam acontecendo; os casos que foram "abandonados" ou deixaram de ser atendidos pelo Criança SIM, passaram a serem absorvidos pelo Família Cidadã.

### **CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E À FAMÍLIA CIACAF "CIDADE DA CRIANÇA"**

Surge no final de 2001, veio a ser uma ampliação do Projeto Criança SIM, embora estivesse estruturando-se desde o início do ano. Este período foi vivenciado por plantões de atendimento pelas profissionais do CIACAF, que visavam identificar e direcionar as demandas de acordo com os objetivos de cada programa.

### **FAMÍLIA CIDADÃ**

O Programa foi oficializado em MAIO 2002, já existia uma demanda oriunda dos casos que não eram atendidos pelos demais programas do CIACAF. Os plantões de atendimento deixaram de acontecer, foi o momento de formar uma equipe específica para o programa. Nesta época o psicólogo prestava atendimento na Clínica Social, pois não fazia parte das equipes dos programas, a psicologia era vista como uma de rede de apoio.

### **FASE DE AQUISIÇÃO**

**JUNHO 2002**, a equipe do programa é formada. Foi a fase em que houve em conjunto a análise caso a caso, logo os casos que não foram absorvidos pelos demais programas, passaram a serem atendidos pelo Família Cidadã. A equipe referiu que foi uma fase em que colocaram a "mão na massa", destacando: - reformulação do projeto; - organização da demanda; - encerramento dos casos conforme o motivo do encaminhamento; - reestruturação da psicologia como parte da equipe, e a organização dos materiais.

### **FASE DE PRODUÇÃO**

**Em 2003**, ocorre a continuidade do processo, somam-se novos profissionais à equipe. Os profissionais de todos os programas do CIACAF participam de reuniões para o encaminhamento de questões estratégicas da Instituição. A equipe do programa trabalha a partir de outras possibilidades de atuação junto às famílias como por exemplo: grupo com os pais de famílias que já haviam recebido atendimento, grupo com adolescentes que foram encaminhados pelo Conselho Tutelar.

**Em 2004**, ano de fortes mudanças na Instituição a nível dos dirigentes, momento em que surge uma demanda reprimida com relação aos atendimentos junto às famílias, concomitante a falta de estrutura e recursos para o desenvolvimento dos trabalhos. É o momento em que as profissionais, frente a essa realidade, identificam como um momento de dizer NÃO.

Figura 2: Linha da Vida do Programa Família Cidadã (Parte 2)

A participante Fernanda comentou sobre a fase de passagem do Projeto Criança SIM para o CIACAF em que os casos passaram a ser absorvidos pelo programa:

– O que não era de ninguém se tornou o Família Cidadã. Tudo o que sobrava, os casos que, por algum motivo, não eram atendidos pelos demais programas, passavam para o Família Cidadã.

Maria referiu:

– Foi no final de 2001 que surgiu o Centro Integrado.

Em 2001, buscando uma dinâmica integrada, nasceu o CIACAF – “Cidade da Criança”, numa mesma perspectiva do Projeto Criança SIM. Esse novo programa contemplava uma proposta mais ampliada no que se refere ao aspecto da multidisciplinaridade, enfocando o atendimento à família em sua totalidade. Foram implantados e implementados programas que atendessem à demanda apresentada, a qual havia sido diagnosticada pelos atendimentos prestados nos Programas do Projeto Criança SIM, colaborando, dessa forma, para o reconhecimento do perfil das famílias cadastradas (cf. Planejamento Estratégico CIACAF, 2003).

Maria comentou ainda que a equipe tinha consciência da importância de estruturar o Programa, da elaboração de um projeto e da capacitação dos profissionais. Recordou que, considerando a demanda do Projeto Criança SIM, o Programa Família Cidadã, na época, já iniciava com, aproximadamente, 200 famílias cadastradas. Em março de 2002, o programa foi oficializado e, em maio/junho, formada a equipe.

O grupo comentou que, no ano de 2002, aconteceu um movimento importante no CIACAF. Com a extinção da Clínica Social, as profissionais da área da Psicologia passaram a fazer parte nos Programas. Começou um movimento de equipe multidisciplinar, destacando-se, nessa época, o Projeto Acolher, ocasião em que os estagiários de Serviço Social realizaram grupos na comunidade, com o objetivo de promover maior conscientização das famílias. Foi o momento de estruturação do Programa, a partir da análise cuidadosa dos dossiês, a realização de visitas domiciliares e a identificação dos motivos pelos quais as famílias eram

cadastradas, identificando, dessa forma, quais as reais necessidades das famílias ao buscarem atendimento no CIACAF; sempre a partir de uma análise criteriosa, procurando não gerar falsas expectativas nas famílias.

Com relação a essa fase, referiram que foi uma fase de “passo firme”, determinação, um olhar crítico se fez presente em tudo o que realizaram na época, foi um momento de reavaliação. Demonstravam satisfação ao lembrar e descrever essa fase.

Fernanda ressaltou:

– Foi a nossa Fase de Aquisição! – fazendo uma analogia com o conceito que fora trabalhado no grupo desde o primeiro encontro/oficina.

Caminhando pela “linha da vida” do programa, chegamos ao ano de 2003. O grupo explanou que fora um ano de alta produção, crescimento profissional, um ano em que se colocou a “mão na massa”, o Centro Integrado “ganhou VIDA”. Frente a uma nova realidade, a equipe destacou como suas principais estratégias de trabalho:

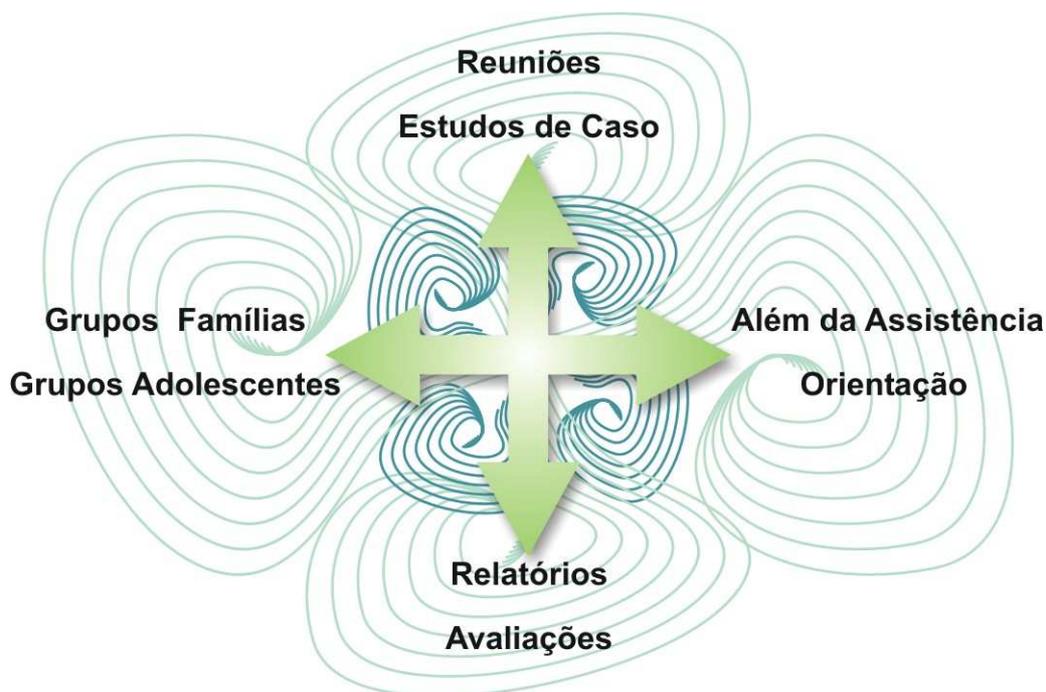


Figura 3: Estratégias de Trabalho do Programa Família Cidadã

Cabe ressaltar que os profissionais dos programas, cada qual em suas funções específicas, mantiveram o compromisso com as seguintes atribuições: realização de visitas, de entrevistas e de reuniões de grupo; encaminhamentos e contatos diversos; registro dos atendimentos e das atividades diárias; registro de encaminhamentos, contatos e informações; relatórios de visitas, estudos de caso e reuniões; participação em reuniões e estudos de caso da equipe multidisciplinar; manutenção da relação de redes de atendimento, alimentando-a continuamente; elaboração de parecer da equipe multidisciplinar e do prontuário individual de cada caso, resguardando documentos, relatos e sigilo de informações; relatório mensal e anual das atividades desenvolvidas; avaliação semestral das ações e funcionamento do programa (cf. PPS, 2002).

Em 2004, o grupo referiu a evidência de maiores necessidades sociais e, Maria complementou:

– A demanda em todos os programas aumentou, decorrente de uma atuação social e um maior aumento da violência por denúncias.

Essa fala remete a Szymansky (2002), quando refere observar-se uma escalada na violência doméstica, ou, na verdade, maior visibilidade para um fenômeno que se mantinha entre quatro paredes, em nome da privacidade da vida familiar. Esse tornar público um fenômeno escondido possibilitara não só seu estudo, como o desenvolvimento de procedimento de intervenção. Ficando evidente que as profissionais do programa visualizam esse movimento trazido pela autora.

– O Programa não dá conta. – anunciando a existência de demanda reprimida. Referem ser o momento de dizer que o Programa não poderia assumir essa demanda na Instituição.

Comentaram que, no início de 2004, as expectativas eram baixas, pois não tinham equipe, havia ocorrido profundas mudanças na estrutura, funcionários ACTs (Admitido por Contrato Temporário) não retornaram. No concurso para Psicólogos, houve problemas no texto do edital referente à classificação. Das vagas previstas, somente uma psicóloga pôde assumir, nesse caso, a Cláudia. A retomada deu-se entre junho e agosto, com o ingresso da Paula e da Cláudia, que formam a equipe do Programa, e o apoio de Cristina, que hoje trabalha junto ao Conselho Tutelar,

mas sempre que possível está junto ao grupo. Também referiram sobre as dificuldades pertinentes à área operacional, à sala e ao carro para a realização das visitas às famílias.

Já ultrapassado o horário do término da oficina, Paula sinalizou:

– Não podemos esquecer que isso tudo tem um pano de fundo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Lembraram também a pressão que tiveram do Conselho Tutelar para que atendessem a demanda reprimida das famílias, mas destacaram o empenho para manter-se como uma equipe em sintonia e o quanto, muitas vezes, têm de dizer **NÃO**.

Comentamos um pouco sobre o trabalho em equipe e surge, nessa hora, o conceito de interdisciplinaridade. Sugiro levar ao grupo algum material sobre esse tema, no próximo encontro.

Devido ao adiantado da hora, fiz o encerramento, Cristina ofereceu-me seu Trabalho de Conclusão de Curso realizado com as famílias do Programa, denominado “O Perfil das Famílias Atendidas pelo Programa Família Cidadã no Município de São José” .

Agradei a presença e participação, despedi-me do grupo, enquanto Cristina saiu e retornou rapidamente ao auditório, com o seu TCC e entregou-me em mãos. Agradei e ressaltai que, com certeza, iria me auxiliar mais ainda na compreensão do Programa.

#### 5.1.2.1 Reflexões teórico-metodológicas

Foi um encontro muito produtivo e rico nos detalhes. Ao ouvir a narrativa das participantes, “era uma só voz”. Eu posso dizer que até conhecia a proposta do Programa por ter participado em vários momentos no CIACAF, como integrante da equipe de consultoria e como supervisora de estágio da UNIVALI, porém, somente

naquele dia, conheci a história do Programa Família Cidadã do ponto de vista de parte de seus idealizadores. Posso dizer que fiquei “encantada” com a trajetória dessa equipe. Quanto à técnica “linha da vida”, o fato de estar registrando para o grupo considero relevante devido à metodologia adotada de pesquisa participante, pois essa prevê a ação do pesquisador.

O que destaco, com relação à metodologia, identifico como um momento crucial, citado pelas participantes desde o primeiro encontro e que, nesse segundo encontro, fez-me refletir. Momento no qual fizeram referência quanto às suas participações como sujeitos da pesquisa:

- Então a pesquisa é com a gente?
- Nós é que vamos ser os sujeitos da pesquisa!

Para isso, remeto a alguns desafios metodológicos enunciados por Ezpeleta (1986, p. 90):

Quem participa de quê? O próprio debate da pesquisa participante indica que esse *quem* da pergunta é um *sujeito*. Uma pessoa com a qual interajo, que me ensina coisas; descobre-me seus mundos e outras visões dos meus e além disso, enriquece-me. Um alguém concreto, com o qual devo relacionar-me numa tarefa comum e que, por isso mesmo, me modifica de algum modo. Este poderia ser um nível de repensar o sujeito, diferente daquele que me preocupa. A partir de minha reflexão gostaria de problematizar um sujeito que a teoria ainda não construiu plenamente.

Por outro lado, penso no “quê” daquela pergunta e poderia afirmar que se tratam de *processos sociais*. Processos que por algum motivo, chamam a atenção do pesquisador e são anteriores à sua preocupação, à sua presença; ou processos que, também por algum motivo, o pesquisador quer provocar.

Então, diante da pergunta “quem participa do quê?”, creio que poderíamos responder: *sujeitos que protagonizam processos sociais*.

Quanto aos desafios enunciados pela autora, posso dizer: “Eles continuam os mesmos, que bom!” Porém, penso que talvez seja inviável a construção desse sujeito “teórico, pois a partir dessa minha experiência, vivenciei que é um caminho a ser construído com os sujeitos co-participes, a cada encontro. Logo, acredito que cada pesquisador terá de percorrer o seu; com muitas idéias, com muitas dúvidas e nenhuma certeza, e “esse foi o meu desafio”!

Como um dos pontos alto dessa oficina, foi a hora em que as participantes fizeram uma analogia com relação a uma das fases do desenvolvimento do programa, no ano de 2002, com a fase de aquisição do ciclo de vida da família proposto por Cerveny (1997), demonstrando compreensão dos conceitos discutidos nas oficinas.

Como um momento marcado pela riqueza de reflexão, apropriação de conceito e demonstração de um trabalho comprometido e ético, destaco quando começa a emergir no grupo o conceito de cidadania emancipatória, na ocasião em que referem a impossibilidade de atender uma demanda reprimida, sem condições para tal, mesmo tendo que enfrentar pressões dos órgãos encaminhadores. Nesse sentido, remete-se a Demo (1995, p. 133), quando anuncia

as exigências e desafios para o percurso da cidadania emancipada, uma vez que refere ao processo de emancipação como um fenômeno profundo e complexo , de teor tipicamente político [...]. Assim, no início está a contestação ou a consciência crítica, onde tudo começa com a capacidade e a coragem de dizer **NÃO**.

Nessa oficina, conforme já relatado, Cristina ofereceu-me o seu TCC. Após a leitura atenta desse estudo, pude conhecer um pouco mais as famílias atendidas pelo programa, considerando que buscava “conhecer o perfil das famílias que integram o Programa Família Cidadã, objetivando propor políticas de atendimento direcionada à real necessidade das mesmas” (SILVA, 2004). Embora os resultados da pesquisa de Silva (2004) não tenham sido discutidos no desenvolver das oficinas psicossociais, nas páginas a seguir, são apresentados três quadros resumos, baseados nesse estudo, do perfil das famílias a que as profissionais dirigem seus esforços:



## O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

<b>1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>1.1 CRIANÇAS ATENDIDAS</b>	<p>Meninos: 53,72 %  Sexo Meninas: 46,28%</p> <p>0 a 5 anos: 39,67%  Faixa etária 11 a 15 anos: 26,46%  6 a 10 anos: 23,14%  16 a 18 anos: 9,91%</p>
<b>1.2 ESCOLARIDADE</b>	<p>Não se encontram em idade de freqüentar ensino obrigatório: 38,84%  Ensino Fundamental: 43,80%  Ensino Médio: 83%  Educação Especial: 9,92%  *conforme análise, este é o número de portadores de necessidades especiais atendidos pelo programa.</p> <hr/> <p>Completaram: Ensino Fundamental: 3,31%  Ensino Médio: 0,83%</p>
<b>1.3 ETNIA</b>	Raça Branca: 66,12%                      Negros e Pardos: 21,48%
<b>1.4 DEPENDÊNCIA QUÍMICA</b>	<p>Álcool, maconha, cocaína: 5,79%  *conforme análise – relacionado ao indicador idade este índice pode ser 15,90%</p>
<b>1.5 DADOS DA MÃE (Responsável)</b>	<p>Exercem a função do lar: 30,58%  *Exercem funções que não exigem qualificação: doméstica, faxineira, catadora de material reciclável e vendedora ambulante; decorrente a maioria recebe 1 salário mínimo: 42,98%</p> <hr/> <p>Não completou ensino fundamental: 57,85%  São analfabetas: 9,09%  Completaram o ensino fundamental: 9,09%  Completaram o ensino médio: 4,13%</p> <hr/> <p>Idade, entre 23 a 40 anos: 51,54%</p> <hr/> <p>Declararam ter algum tipo de dependência química: 6,61%</p>
<b>1.6 DADOS DO PAI (Responsável)</b>	<p><u>Atividades:</u>  Construção Civil: 13,22%                      “Biscateiro”: 9,92%  Vendedor ambulante: 3,31%  Catador de material reciclável: 2,48%      Vigilante: 2,48%  Desempregados: 9,09%  * Exercem geralmente funções temporárias, sem nenhum direito trabalhista: 1 a 2 salários mínimos: 47,11 %  Ensino fundamental incompleto: 40,50%  Ensino fundamental completo: 6,61%  Ensino médio completo: 1,65%</p> <hr/> <p>Idade, entre 23 a 45 anos: 46,28%</p> <hr/> <p>Declararam ser dependentes químicos: 17,36%</p>

Quadro 1: Dados de identificação do perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José, conforme Silva (2004)

Com relação ao Quadro 1, no item faixa etária, verifica-se que a maioria das crianças têm entre 0 a 5 e 6 a 10 anos. Esse dado vem ao encontro de minha opção em desenvolver este estudo, enfocando a Fase de Aquisição da Família, decorrente do fato de que o público alvo que o programa atende inclui famílias com crianças nessa fase.

Nessa etapa do Ciclo Vital, os elementos do grupo familiar são especialmente sensíveis à mudança uns dos outros, pois é uma fase na qual tanto as crianças quanto os adultos exibem contínuas e constantes transformações. Assumir a parentalidade exige uma entrada definitiva no “mundo adulto” e um “abandono” de muitas características possíveis ao adolescente e ao “adolescente-jovem-adulto”: é, sem dúvida, uma fase de crescimento similar em muitos aspectos à fase de crescimento propriamente dita pela qual passam as crianças em desenvolvimento. Em certo sentido, todo o sistema familiar está “crescendo” junto, adquirindo continuamente novas formas de se vincular e se comunicar entre si (CERVENY e BERTHOUD, 1999, p.72).

O dado referente à dependência química da criança, da mãe e do pai, apresenta-se como algo preocupante, no sentido de que se sabe que o uso de drogas é um dos principais fatores desencadeantes da violência. Para Szymansky (2002), a questão da violência doméstica não pode estar separada do alcoolismo e consumo de drogas, os quais têm efeitos devastadores nas famílias e não podem ser analisados fora de um quadro de referência da sociedade mais ampla, uma vez que a escalada do crime e da violência tem provocado “terror”, pois é responsável pela maior parte das mortes no Brasil e nos EUA. Em resposta a essa ameaça, os pais, em especial os das camadas empobrecidas da população, assumem práticas educativas cada vez mais violentas na crença de que evitarão que seus filhos sejam cooptados pelo tráfico de drogas. Entretanto, na realidade, acabam gerando um “círculo vicioso”.

Após essa constatação, ficam em aberto as seguintes questões: como as profissionais estão conseguindo absorver essa demanda? A quem encaminhar os membros das famílias que apresentam algum tipo de dependência química? Com que rede de apoio podem contar nessas situações?



**O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

**2 DADOS COM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS**

<p>2.1 FAMÍLIAS Período de acompanhamento pelo Programa: <u>6 meses a 1 ano</u></p>	<p>Ultrapassaram o período: 35,54%</p>
<p>2.2 PARENTE DE CONTATO</p>	<p>Mãe: 76,03% Avós: 9,92% Pai: 6,61%</p>
<p>2.3 CONFIGURAÇÃO FAMILIAR</p>	<p>Monoparental: 35,54% Original: 28,93% Recomposta: 20,66%</p>
	<p>Urbana (origem): 45,45% *essa informação refere-se à criança e não à família, como a maioria das crianças nasceram no município, esse dado não atingiu o objetivo de identificar o número de imigrantes.</p>
<p>2.4 BAIRRO DE MORADIA</p>	<p>Barreiros: 28,10% *envolve várias regiões/bolsões de pobreza: Solemar, Dona Adélia, Dona Wanda e Bela Vista</p>
<p>2.5 RENDA FAMILIAR</p>	<p>1 a 3 salários mínimos: 73,56% Não possuem nenhuma renda: 10,74%</p>
	<p>1 pessoa ativ. remunerada: 49,59% 2 pessoas ativ. remunerada: 26,45% Não possuem ativ. remunerada: 9,09% *considerar que a maioria das famílias não possuem filhos em idade para o trabalho, e indicadores apontam a faixa etária de 0 a 5 anos, e não há vagas suficientes nas creches/Estado</p>
<p>2.6 MORADIA</p>	<p>Casas de 5 a 2 cômodos: 68,51% *número de pessoas que convivem são em média de 4 a 6. Possuem casa própria: 54,55% Vivem em casa de alvenaria: 44,63%</p> <p><u>Co-habitam nas casas:</u> Figura paterna: 42,98% Mães: 83,47% *a média de irmãos da criança e/ou do adolescente em atendimento é de 3,26%. *em alguma destas famílias co-habitam tios, primos e avós</p>

Quadro 2: Dados com relação às famílias do perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José, conforme Silva (2004)

Um dos primeiros dados apresentados, no Quadro 2, com relação às famílias que chama a atenção foi o fato delas ultrapassarem o período de atendimento previsto pelo programa. Esse fato indica a existência de complicadores, denunciando a importância e a necessidade de um movimento intersetorial e interdisciplinar que promova uma rede de apoio, de assistência e de orientação, em conjunto com as profissionais do programa, que promovam uma caminhada das famílias de uma situação de tutela para a emancipação.

Com relação ao parente de contato, percebe-se uma quase ausência do pai, uma vez que o contato é predominante com a mãe e a avó, totalizando um índice de 95,95%. Esse dado remete ao próximo item quando apresenta 35,54% com uma configuração de família monoparental materna. Em estudo realizado Wagner (2002) aponta que mesmo que tal configuração seja algo comum em nossos dias, essa mulher chefe de família necessita encontrar formas de enfrentar sua realidade como algo prazeroso, pois a simples proliferação desse tipo de configuração familiar não garantiu a integração da mulher à sociedade, que ainda tenta meios de preservar-se, ao menos artificialmente, imune às transformações familiares que têm se multiplicado.

Os estudos sobre família têm mostrado que os pais com filhos pequenos, hoje, encontram-se permanentemente em “situação limite”, ou seja, estão constantemente lutando para encontrar um equilíbrio entre as pressões internas e externas impostas pela condição de parentalidade, pois desejam e precisam trabalhar, mas sentem-se culpados em deixar os filhos. Entretanto, nossa sociedade atualmente ainda não oferece opções favoráveis e rede de apoio. Os pais desejam e são socialmente pressionados para a aquisição de toda a espécie de bens de consumo e, ao mesmo tempo, não sabem exatamente se querem pagar o ônus de muito trabalho, estudo, com conseqüente ausência e distância de sua própria família, que tal tarefa exige (CERVENY e BERTHOUD, 1999, p.70).



**O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ  
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

**3 DADOS COM RELAÇÃO AOS ENCAMINHAMENTOS**

3.1 ORIGEM DOS ENCAMINHAMENTOS	Conselho tutelar: 66,12% Plantão do Serv. Social da Sec. do Desenvolvimento Social: 31,40% Programas do CIACAF: 1,65% Juizado: 0,83%
3.2 MOTIVO DOS ENCAMINHAMENTOS	Dificuldade Financeira: 84,30% Negligência: 76,86% Problemas de Saúde: 59,50% Conflitos intrafamiliares: 43,80% Dependência química de um dos Membros: 23,97% Solicitação do Juizado: 15,70%
3.3 REPASSE DOS AUXÍLIOS  * como reflexo do motivo do encaminhamento	Alimento (cesta básica): 70,25% Medicamento: 53,72% Vale transporte p/atendimento de Saúde: 38,84% Leite especial: 35,54% Auxílio fralda: 28,93% Auxílio p/tratamento de saúde: 22,31% Confecção de documentos: 15,70% Auxílio moradia: 5,79% Passagem intra e inter-municipal: 6,61% Benefícios diversos: 46,28% *por englobar vários auxílios, não foi considerado proporcionalmente
3.4 ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	Requisitados: 11,57% * muito solicitado, decorrente da existência de uma profissional da área é oferecido eventualmente.

Quadro 3: Dados com relação aos encaminhamentos do perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José, conforme Silva (2004)

Com relação aos encaminhamentos, chama a atenção o fato de o maior índice, 66,12%, ser oriundo do Conselho Tutelar, denunciando uma situação de violência doméstica, além da violência estrutural identificada nos quadros anteriores. Já, com relação à diversidade dos motivos dos encaminhamentos, identifica-se a importância de um trabalho com a perspectiva da família em sua totalidade, considerando as idiossincrasias culturais. Nesse sentido, Silva (*apud* MELLO, 2004),

em sua crítica às famílias de classes populares, enseja que estas são declaradas incompetentes e refere ainda que tais famílias estão no banco dos réus e fornecem explicações simplistas para a explosão contínua de violência que tem marcado a vida social brasileira.

Menciona ainda que “a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos“, ou seja, as políticas econômicas não garantem a essas famílias condições mínimas (de renda, emprego, segurança, serviços públicos e qualidade) para que possam manter seus membros. Essa situação, conseqüentemente, é fonte de estresse familiar (SILVA *apud* MIOTO, 2004).

Com relação ao atendimento psicológico, identifica-se um vazio nas solicitações para os atendimentos às famílias, decorrente da falta de profissionais dessa área. Esse é um dado sinalizador e surge como um convite a pensar a família hoje, pois, para a Psicologia, a família é revestida de uma importância vital, visto que é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade de cada novo ser humano (MINUCHIN,1982).

Também, conforme Szymanski (2002), vale lembrar as mudanças que ocorrem hoje em nossa sociedade, refletir como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares, uma vez que as trocas intersubjetivas na família não podem ser vistas isoladamente. As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar integralmente e, de forma particular, cada família, conforme sua composição história e pertencimento social. Nesse sentido, as análises anteriormente expostas apontam para a necessidade de cooperação entre as instituições de pesquisa e as que atendem as famílias, direta ou indiretamente, pois se torna urgente intensificar pesquisas que busquem algumas repostas para questões apresentadas.

### 5.1.3 Oficina: (Re)Pensar, identificando um porto seguro

Conhecida a história do Programa, tinha claro que, nesse encontro, deveríamos aprofundar as informações trazidas até então. Para isso, a pesquisadora montou um painel (papel pardo) com a síntese dos registros realizados nas folhas A4 coloridas. Ficava ainda para mim uma interrogação: por que o nome Família Cidadã? Era um nome forte. Logo pensei em, nessa oficina, utilizar como técnica a “dinâmica do nome“, o qual implicava que cada um dos participantes narrasse o motivo da escolha do seu nome. Dessa forma, serviria como um “aquecimento” com o objetivo de integrar a equipe, assim como introduzir a narrativa a respeito do nome do programa.

O terceiro encontro, conforme o cronograma, aconteceu no dia 29 /11/04, segunda-feira. Atrasou um pouco até todos se dirigirem ao auditório. Todos os profissionais estavam presentes, exceto a estagiária que chegaria mais tarde. Como parte dessa etapa de descrição da realidade, a metodologia previa uma releitura do encontro anterior. Afixei o painel em uma das paredes do auditório, com o objetivo de facilitar a releitura, a partir da visualização da história, da “linha da vida“ do Programa, relatada pelo grupo no encontro anterior.

Iniciei o encontro fazendo a releitura conforme a síntese: Linha da Vida do Programa Família Cidadã (Figura 2) a história do CIACAF, o surgimento do Programa e sua trajetória até os dias atuais. A seguir, perguntei à equipe se elas teriam algo em que não concordavam, ou gostariam de acrescentar.

Maria complementou com relação ao ano de 2002:

– Foi o ano das capacitações da UNIVALI! Foi neste ano que a parceria do curso de Psicologia fortaleceu as relações, por intermédio das capacitações direcionadas aos profissionais.

A parceria estabelecida entre o Curso de Psicologia e a Secretaria de Desenvolvimento Social, em 2001, estabeleceu uma aproximação, abrindo e reconhecendo a “Cidade da Criança” como um fecundo campo de estágio,

consultoria e extensão, pois atender adequadamente as crianças, os adolescentes e as suas famílias em situação de risco pessoal e social implica conhecer a história dessa comunidade. Nesse sentido, deve-se considerar a Psicologia Social como uma área do conhecimento que tem como objetivo a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, presente, não só nos indivíduos, como algo sem vínculo ou relação com o mundo social, e sim nos fatos sociais construídos pelos indivíduos, de maneira coletiva (KARKOTLI, 2004).

Maria reiterou que:

– Em março de 2002, aconteceu a oficialização do Programa, com o término dos atendimentos de plantão. Em maio, formou-se a equipe e, em junho, o grupo reescreveu as ações do programa, ou seja, no segundo semestre, o programa entrou numa fase de estruturação.

Agradei as contribuições de Maria e comentei com o grupo olhando para o painel:

– Foi uma trajetória muito rica e, apesar de estar envolvida desde 2001 no CIACAF, desconhecia-a. Há, contudo, alguns pontos que me chamaram mais a atenção e eu gostaria de compartilhar com vocês.

1º) O fato de profissionais antigas (desde a época do Projeto Criança SIM) e novas (duas ingressaram em 2004), de estagiárias que passaram a profissionais, construírem uma história. Isso evidenciava, aparentemente, que trabalhavam juntas há muito mais tempo, pois se percebia a sintonia da equipe.

2º) Essa equipe mostrou que construiu um Programa e, mais que isso, deram uma “cara”, ou seja, uma “marca”, criaram uma identidade para o mesmo. Ele deixou de ser um “depósito” e começou a funcionar, enfrentando dificuldades, avançando, recuando, a equipe conseguiu estruturar uma proposta para o programa.

Não posso deixar de registrar que, nesse momento, os olhos das participantes “brilhavam” e a sensação era de que a minha fala fazia muito sentido para o grupo.

Com relação às profissionais antigas e novas, Paula comentou:

– Quando cheguei ao Programa tive tempo para ler todo o material existente, quando havia dúvida, perguntava. Houve tempo para isso, me passaram tudo. As colegas sempre ajudavam. Essa é a cara do Família Cidadã. – ressaltou que sempre existem dificuldades, mas discutindo a equipe vai crescendo.

3º) A sistematização do trabalho, o momento em que a equipe parou e organizou o trabalho, com movimentos de registro-avaliação, crescimento-avaliação, avaliação-reflexão, demonstraram o comprometimento com uma proposta, ou seja, parafraseando Ezpeleta (1986), “sujeitos que protagonizam uma causa social”.

4º) A passagem de uma equipe multidisciplinar para uma equipe interdisciplinar. O momento em que a Psicologia “sai do consultório” (Ex-Clínica Social) e vai para os Programas e a equipe absorveu o conceito de interdisciplinaridade, era um exemplo.

Reiterei, então, a questão da interdisciplinaridade e como não era fácil praticar esse conceito. Lembrei-me como exemplo de tal conceito o artigo de Silva *et al.* (2004), intitulado “A Teoria do desenvolvimento da família: buscando a convergência entre a teoria e prática no cotidiano dos profissionais de saúde”. Esse texto foi escrito por mim, psicóloga, juntamente com duas enfermeiras e uma fisioterapeuta. O interessante desse artigo são os trechos do texto em que não se explicita qual é a formação da profissional que o escreveu, pois focalizava o desenvolvimento das fases de vida da família.

Nesse momento, a estagiária que há pouco havia chegado, fez referência a um material que reforçava o exemplo trazido pela pesquisadora e, com ele em mãos, referiu ter um conceito sobre interdisciplinaridade e se propõe a ler para todos:

A interdisciplinaridade, diferentemente da pluri ou multidisciplinaridade, promove a troca de informações e de conhecimentos entre as disciplinas, mas, fundamentalmente transfere métodos de uma disciplina para outras. [...] Corresponde a um espectro mais ampliado de ação, alcançando um processo de interação entre disciplinas capaz de promover a conjugação de conhecimentos que elevem os níveis do saber. A interdisciplinaridade possibilita, não só a fecunda interlocução entre as áreas do conhecimento como também constitui uma estratégia importante para que elas não se estreitem nem se cristalizem no interior de seus respectivos domínios; favorece o alargamento e a flexibilização dos conhecimentos, disponibilizando-os em novos horizontes do saber. (RODRIGUES, 2000, p.127).

Com relação ainda à trajetória do programa, Paula comentou:

– Quem nos ajuda sempre é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

– É, nosso porto seguro é o ECA, a LOAS e o Código de Ética do Serviço Social e da Psicologia – afirmou Maria.

As participantes comentaram ainda que o ECA foi o documento precursor e, conseqüentemente, o advento dessa lei obrigou o surgimento de uma lei municipal a fim de se adequar à situação.

– Não é que o município é “bonzinho” e aí resolveu criar, implantar um projeto, ele teve que se adequar a uma lei.

A seguir, serão enunciadas algumas das leis que regulamentam o CIACAF, de acordo com o Projeto Político Social (2002), que são anunciadas pela equipe do família Cidadã, como orientadoras de sua *práxis*, ou seja, o seu “porto seguro”.

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 226, parágrafo oitavo, que é dever do Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar e na pessoa de cada um. Ainda o artigo 227, da Carta Magna, enfatiza o papel da família como elemento co-participante do processo de responsabilidade pelos direitos sociais da criança e do adolescente, resguardando de qualquer forma de exploração, violência, crueldade e opressão, conforme regulamentado pela Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA preconiza a proteção integral à criança e ao adolescente, apresentado entre os seus 267 artigos, uma série de ações que visam a atender as demandas e problemáticas destes. Em seu artigo 2º, dispõe sobre o conceito de criança e de adolescente: “Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente aquela de doze a dezoito anos de idade”.

A assistência social também é garantida a partir de lei específica – Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. É política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Em seu artigo

2º, a assistência social é prevista com os seguintes objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provido por sua família.

A pesquisadora abre espaço para reflexão, quando coloca:

– Pensando em todas essas questões, na construção, na trajetória do programa, fico pensando por que o nome Família Cidadã? Qual o motivo desse nome? Deve ter um motivo? Se eu perguntasse para vocês com relação ao nome de cada uma, saberiam me contar o por quê? Quem escolheu o nome de vocês? Geralmente, o nosso nome tem uma história.

Foi nessa ocasião que, rapidamente, as participantes começaram a falar sobre a escolha de seus nomes. Maria comentou:

– Eu tenho sete (7) irmãos, e todos começam com M e o meu Maria.

A pesquisadora explicou:

– O meu [nome] foi o meu pai que me salvou! Pois meu irmão G, combina com o de minha mãe G, minha irmã L, combinava com o de meu pai L, e o meu deveria ser L (um nome horrível), para combinar com o de minha irmã. Felizmente meu pai não deixou e quis que fosse AP. Agradeço a ele até hoje!

As falas foram se intercalando e Cláudia comentou:

– O meu [nome] já foi a minha irmã que me salvou! – apresentando um exemplo parecido com o meu.

Após a fala de todas as participantes, comentei:

– E Família Cidadã, por que este nome?

Maria expôs:

– Na época, começamos a pensar em um nome, a Daniela (estagiária na época) procurou na Internet. Pensávamos que tinha a ver com criança, violência que não era exploração sexual, era exploração de trabalho. E aí pensamos Família Cidadã.

– É legal que a Família Cidadã não seja uma sigla.

Observou-se que, logo em seguida, ao refletir sobre o nome do programa, a equipe o associou aos momentos de dificuldades que as famílias enfrentam identificados na literatura como as crises maturacionais e as crises situacionais (CARTER e GOLDRICK, 1995). A pesquisadora discutiu com a equipe também o conceito de família idealizada e família vivida, o quanto, muitas vezes, ao trabalharmos com as famílias, não conseguimos chegar no ideal, mas sim no real, respeitando a singularidade de cada sistema familiar, “acreditando que a cidadania, começa por aí”.

Foi quando trouxeram alguns exemplos de sua prática cotidiana no atendimento às famílias:

– Temos uma família que damos assistência, por exemplo, leite, até determinado período, o tempo máximo para o atendimento/benefício é de seis meses; só que aí a família apresenta membros com Síndrome de Down. Termina que a família acaba tutelada.

Encerrou-se o 1º momento das oficinas denominado Expressão da Realidade, destacando que a forma como os exemplos, o encadeamento e a articulação dos temas discutidos puderam elucidar bem a práxis dessa equipe.

#### 5.1.3.1 Reflexões teórico-metodológicas

Nesta oficina houve vários momentos que enriqueceram o encontro, logo o objetivo de aprofundar as informações a partir de um novo conhecimento, previsto na etapa anterior de Descrição da Realidade, foi plenamente atingido.

O momento em que Maria referiu o ano de 2002 “como o ano das capacitações da UNIVALI”, destaco a continuidade dessa parceria, assim como a manutenção das capacitações também em 2004, demonstrando a importância da constante reflexão acerca do trabalho dos profissionais. Como exemplo, cito a Capacitação dos Educadores da “Cidade da Criança” que aconteceu em abril de 2004, extensiva a todos os profissionais dos programas do CIACAF. A proposta da capacitação foi desenvolvida através de oficinas psicossociais temáticas em: Produção da Subjetividade: um olhar sobre o sujeito; Violência e Infância: construção e alternativas para a intervenção; Urbanismo e Violência; e a Educação Informal. Vale ressaltar que, em um dos momentos, foi solicitada a formação de pequenos grupos para que os mesmos realizassem um anúncio acerca do CIACAF.

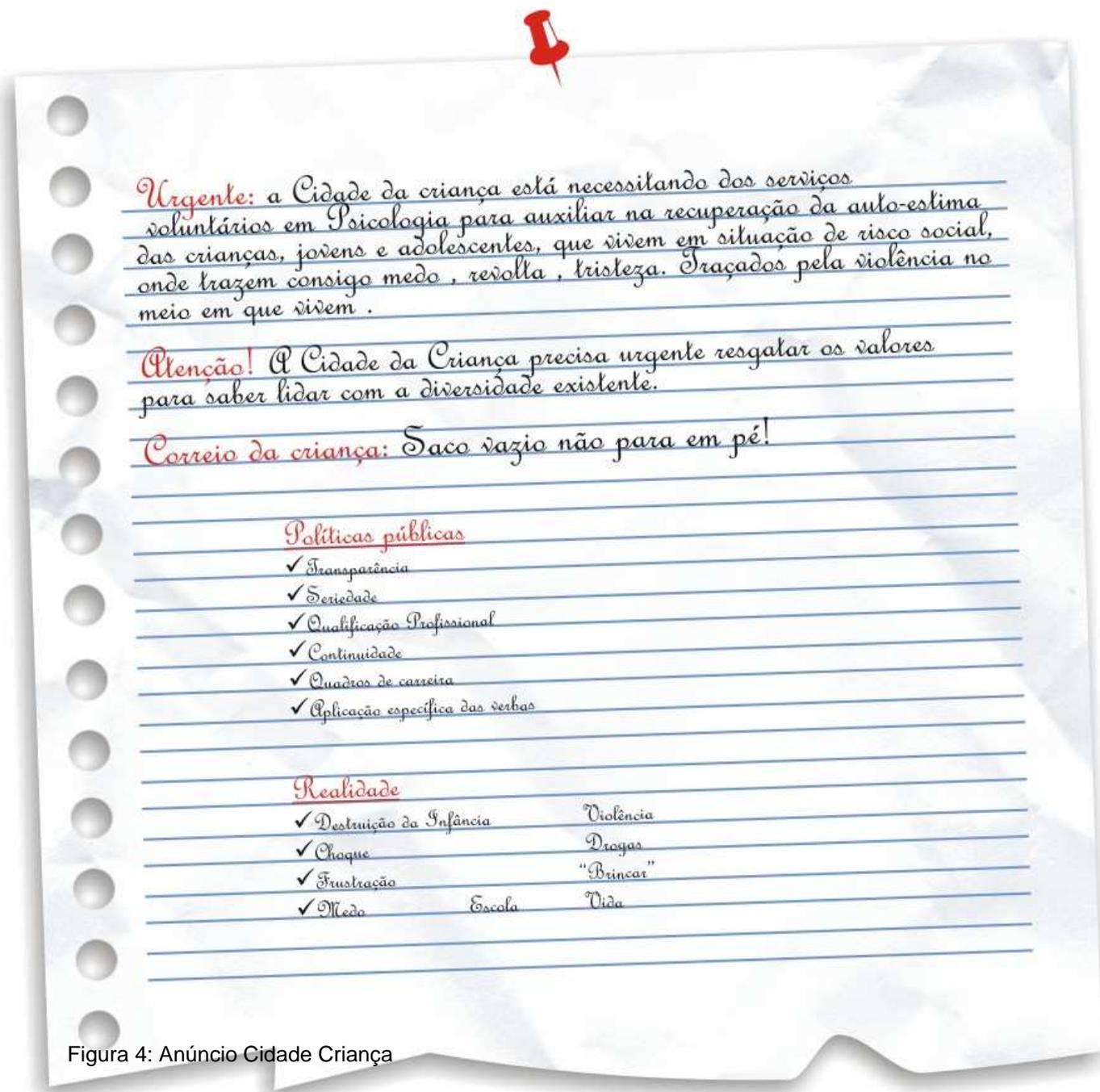


Figura 4: Anúncio Cidade Criança

Nessa ocasião, uma das produções apresentadas por um dos grupos foi:

Esse exemplo retrata a importância da parceria da Universidade com a comunidade, considerando que a formação de profissionais deve estar atenta, segundo Szymaski (2002), à consideração de **interdisciplinaridade** da área de estudos da família em todas as dimensões. Esse conceito surgiu e foi sinalizado junto às profissionais desde a oficina anterior a esta e pôde ser aprofundado neste encontro.

A mesma autora destaca ainda a importância do desenvolvimento de práticas familiares que contemplem o outro como um legítimo e favoreçam o desenvolvimento humano de todos os seus membros, quanto à luta por uma vida mais digna e pela obtenção de serviços sociais, de saúde e educacionais por parte do estado.

As participantes reiteram o ECA e a LOAS, como legislação que subsidia uma prática cotidiana comprometida, assim como os Códigos de Ética das profissões, quando ensejam que

para a Psicologia, o código é a expressão da identidade profissional daqueles que nele vão buscar inspirações, conselhos e normas de conduta. Ele é, ao mesmo tempo, uma pergunta e uma resposta. É um apelo-pergunta no sentido de ver o ser humano não apenas como uma unidade isolada, mas como um sistema. É uma resposta enquanto encarna uma concepção da profissão dentro de um contexto social e político, que lhe confere o selo da identidade, naquele momento histórico. Dos Princípios Fundamentais; o psicólogo trabalhará visando promover o bem estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e técnicas que possibilitem a consecução desse objetivo. Art. 1º, dos deveres do psicólogo; c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional.(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Para o Serviço Social,

é mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva; consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Dos Princípios Fundamentais; ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Art. 3º, dos deveres do assistente social; a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO PARANÁ, 2003).

A seguir, referiram as crises e dificuldades que as famílias enfrentam, ocasião em que foi trabalhado com o grupo o conceito de família idealizada e família vivida proposto por Szymaski.

Após, trouxeram um dos exemplos de sua prática cotidiana (família inicialmente assistida pelo programa e que não é desligada em virtude de ter um membro com Síndrome de Down), em que emergiu nas “entrelinhas” o conceito de cidadania tutelada e assistida. Nessa ocasião, observei a existência de uma consciência crítica por parte das profissionais, em um trabalho que prioriza a emancipação das famílias.

Nesse sentido, na voz de Demo (1999), a cidadania tutelada expressa o tipo de cidadania que a direita (elite econômica e política) cultiva ou suporta por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorrendo suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. Já a cidadania assistida é a forma expressa mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito que é o direito à assistência, integrante de toda a democracia.

#### 5.1.3.2 Crítica do Material Expresso

Essa etapa caracterizou-se por um “recoo crítico”, conforme proposto por Rico (1999). O grupo passou a assumir a crítica de sua própria ação, através das reflexões sobre a práxis cotidiana, que foram estimuladas no desenvolvimento das oficinas.

#### 5.1.4 Oficina: (Re)Pensar, identificando seu eixo

A preparação prévia para este encontro foi realizada a partir da leitura e releitura das três oficinas anteriores, o que oportunizou ao grupo a descrição da realidade e o aprofundamento de questões do cotidiano do Programa Família

Cidadã. Destaco como aspectos facilitadores o fato de ter uma bolsista responsável pelo registro das falas de todas as participantes, inclusive a minha, mas principalmente o fato de eu mesma ter escrito a síntese a partir de palavras-chave nas folhas de tamanho A4 coloridas da “linha da vida” do programa. Isso resultou em um grande painel (papel pardo) que possibilitava a visualização da trajetória do Programa, sinalizando períodos, fases, sendo possível identificar os principais conceitos teóricos apresentados neste estudo, que embasavam a práxis das profissionais dessa equipe, conforme apresentado na figura 5.

Fundamental, também, foi o encontro anterior, no qual se aprofundaram conceitos que faziam parte do entendimento e permeavam a práxis das profissionais remetendo às questões da cidadania das famílias. Foi a ocasião em que sinalizaram ter como “porto seguro orientador” o ECA, a LOAS e os Códigos de Ética da Psicologia e do Serviço Social. Em função dessa sinalização, fiz um contato prévio por telefone com uma das participantes e perguntei se esses documentos estariam disponíveis no Programa. Na ocasião, Paula me respondeu afirmativamente que teriam a LOAS e o Código de Ética do Serviço Social e acreditava que Cláudia possuía o Código de Ética da Psicologia. Solicitei que, para o próximo encontro, elas levassem esse material, pois seria interessante tê-los. Fez parte da preparação meu contato prévio com o “porto seguro orientador” da equipe, ocasião em que, por precaução, levei cópias do Código de Ética da Psicologia, minha área de formação.

Como ponto de destaque, neste momento de preparação, foi a identificação de um “Eixo Orientador” do Programa, o que poderíamos chamar de DNA do Programa Família Cidadã. Tal devolução foi cuidadosamente pensada para apresentar para o grupo, como síntese dos momentos desenvolvidos.

Este momento vem diretamente ao encontro do terceiro princípio metodológico proposto por Borda (1981) - a Restituição Sistemática: consiste no retorno de informação aos campos de base, de uma forma sistemática e organizada.

No dia 6/12/04, cumprindo o cronograma previsto, aconteceu o quarto encontro/oficina com a equipe. Cheguei um pouco antes a fim de afixar na parede do auditório o painel com o registro da síntese dos encontros anteriores e deixei uma parte em branco para, a partir do retorno ao grupo, ir elaborando um novo registro.

As participantes demoraram um pouco para se dirigir ao auditório, porém, quando chegaram, somente três estavam presentes: Paula, Cláudia e Cristina. Pareciam um pouco constrangidas, foi quando pediram desculpas pelo atraso e verbalizaram:

– Estávamos falando com a Maria, e ela deu um mau jeito no braço e não poderá vir; e a Fernanda está em férias.

Nisso, observei que traziam algum material na mão.

– Não sei como vamos fazer – referiram.

Pareciam, de certa forma, um pouco apreensivas, pois eram justamente as duas profissionais mais antigas que não estavam presentes.

Procurei, nesse momento, deixá-las à vontade, procurei ser empática ao momento vivido pelo grupo e lhes perguntei o que achavam melhor. Foi quando refletimos juntas acerca da questão temporal, época de final de ano, o que dificultaria reorganizarmos as agendas. Foi rápida a decisão do grupo em mantermos o encontro, mesmo sem a presença de Maria e Fernanda.

Nesse instante, retomei e relatei a situação do grupo com o conceito explicitado nas oficinas anteriores, referente as crises maturacionais, previsíveis no ciclo de vida da família e das crises situacionais. Comentei “o quanto não estamos livres de que aconteça com a gente”, pois parecia que “este momento do grupo não deixava de ser, de certa forma, um exemplo do que acontecia com as famílias“. As participantes concordaram e referiram que se faziam presentes naquele momento do grupo: as férias, um afastamento, de algum modo, previsto e outro imprevisto decorrente de um incidente.

O grupo pareceu aliviado e confiante em prosseguir o trabalho proposto para aquele dia. Esse momento da equipe foi enriquecedor, pois, conforme Rico (1999), a pesquisa participante é definida como “uma metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases, e uma relativa independência do exterior“.

Verifiquei com o grupo os materiais solicitados: o ECA, a LOAS, e os Códigos de Ética. Distribuí cópias do Código da Psicologia e convidei a refletir sobre

a sua práxis, naquele momento, proposto como “recuo crítico”, a partir da releitura da síntese das oficinas realizadas até aquela ocasião, associadas ao “porto seguro orientador”, a luz do Programa Família Cidadã. Na medida em que discorria as etapas, anexava, em folhas A4 coloridas, os principais conceitos e instrumentos que foram explicitados no decorrer das oficinas na parte em branco do painel, conforme figura a seguir:



Figura 5: Conceitos e Instrumentos

Após a realização da releitura do painel, não havendo nenhuma intervenção, passei para a segunda etapa do “recuo crítico”, quando apresentei, em forma de figura (desenho no espaço em branco reservado no painel), o “Eixo Orientador”, ou seja, o DNA do Programa Família Cidadã. Reforcei que esse eixo foi construído ao longo dos primeiros encontros com o grupo, de modo que, neste momento, poderiam validar e/ou complementar ou discordar dessas informações.



Figura 6: Eixo Orientador/DNA Família Cidadã

As participantes, após a apresentação, pareceram-me surpresas com a síntese, mas, ao mesmo tempo, concordaram afirmativamente. Nesse momento, de forma empática, coloco-me: “foi fácil compreendê-las, pois foi esse o meu sentimento, quando visualizei o “Eixo Orientador/DNA“ do programa, ao preparar esta oficina para o grupo”.

A síntese foi validada pelo grupo e passamos para etapa de encerramento, quando agradei a participação e disponibilidade e refleti junto ao grupo. Este trabalho era possível, pois estava sendo construído a partir de uma prática comprometida. Isso demonstrava que existe uma filosofia que as norteava, ou seja, “uma linha mestra” e revelava que, ao adotarem essa linha, sofriam pressões e passavam por momentos de enfrentamento em que ficavam de “saia justa” para assim manterem-se fiel a esse eixo. Mas parece ser esse o movimento que as diferenciava enquanto profissionais. Nesse instante da oficina, remeto a Vasconcellos (1999, p.15), quando sinaliza acerca da

necessidade de intervenções que interpretem e reflitam a realidade social, tornando-se uma mediação, entre o sujeito excluído e o resgate da cidadania, pois torna-se premente não somente uma maneira eficaz de fazer, mas principalmente redefinir a própria busca de uma outra prática [...] cabe o exercício de uma nova prática, com base em outra realidade, partindo de uma premissa solidária e construída de forma democrática e participativa, capaz de transformar os indivíduos em verdadeiros atores sociais e sujeitos do próprio conhecimento.

Encerramos as oficinas naquela data e o grupo já fazia combinações em contar com a colega Cristina, que tinha auxiliado o programa, principalmente naquele momento de fechamento de relatórios no final de ano, já demonstrando um movimento de reorganização com a falta das duas colegas. Eu me coloquei à disposição, caso houvesse necessidade de troca de data para nosso último encontro denominado “Criação Coletiva”, mas ficava a expectativa positiva da presença da equipe, respeitando o momento do grupo.

Para finalizar, a partir da abordagem sistêmica em Psicologia, sinalizei que tinha certeza de que elas conseguiriam se reorganizar, pois assim acontecia com as famílias e “quando vale a pena, o sistema (grupo) se organiza” e elas já haviam demonstrado isso. Nesse instante, foi encerrada a oficina referente ao segundo momento: Crítica do material expresso.

#### 5.1.4.1 Reflexões teórico-metodológicas

A preparação para esse encontro foi um dos pontos altos de análise e reflexão, pois, assim como este momento atendeu ao terceiro princípio metodológico proposto por Borda (1981), também emergiu o quinto princípio denominado ritmo e equilíbrio de ação reflexão, quando se propõe manter uma sincronização permanente de reflexão e ação no trabalho de campo como um ato de permanente atividade intelectual. Sem dúvida, essa ação ficou marcada a partir dos conceitos trabalhados com a equipe e registrados nas sínteses “Conceitos e Instrumentos” (figura 5) e “Eixo Orientador/DNA Família Cidadã” (figura 6), co-construídas no decorrer das oficinas.

Importante destacar a inclusão, na figura 2, dos conceitos e instrumentos utilizados por elas, como o Trabalho de Conclusão de Curso de Fernanda. Nesse momento foi reforçado o quanto, na prática cotidiana, as profissionais abrem espaço para produção de novos conhecimentos, o que possibilita subsidiar suas intervenções, bem como o fato de eu estar ali já demonstrava isso.

Foi nessa oficina que também se oportunizou fazer uma analogia do momento vivido pela equipe com o conceito referente às crises maturacionais previsíveis no ciclo de vida da família e das situacionais de Carter e Goldrick (1995), retomando, dessa forma, um conceito que, em outra ocasião, foi trazido pelo grupo e torna-se fundamental para a compreensão do profissional que opta em trabalhar com a família.

Na seqüência, observou-se um movimento autônomo das participantes, quando optaram em prosseguir as oficinas, mesmo sem a presença das duas profissionais mais antigas do programa, mas, ao mesmo tempo, contavam com a ajuda da profissional Cristina para o fechamento dos relatórios. Nesse sentido, a ligação talvez mais forte do saber pensar é a gestação da *autonomia*, esta, por sua vez, é fenômeno social tipicamente, não só individual e precisa de orientação. De um lado, para tornar-se autônoma, toda a pessoa precisa de ajuda. De outro, tornando-se autônoma, deve saber dispensar ajuda (DEMO, 2001, p. 21), pois autonomia é “a conquista árdua e nunca terminada. Dói, sobretudo no começo, pois sua primeira fase é sentir-se perdido”. Pareceu-me que foi esse o sentimento inicial das participantes presentes naquele dia.

Com a proximidade do final do encontro, a pesquisadora encerrou-o, relacionando um dos conceitos definidores da abordagem sistema em Psicologia: a **homeostase**<sup>5</sup>, quando sinaliza a auto-organização da equipe.

#### 5.1.4.2 Criação Coletiva

Este último momento, de acordo com Rico (1999), previa o delineamento e a clareza de atos necessários no curso das ações no programa e, por conseqüência, na instituição. A idéia foi a de que tais ações fossem discernidas pela equipe que compartilhou a possibilidade de novas propostas.

### 5.1.5 Oficina: (Re)Criando e fortalecendo seu eixo

Este último encontro foi esperado por mim com certa expectativa, pois “parecia o primeiro“, considerando que, no anterior, por questões situacionais, duas participantes não estavam presentes. Como a idéia era a de que nessa oficina acontecessem os encaminhamentos que fossem auxiliar o programa para o planejamento de suas ações para o próximo ano, a presença de toda a equipe era muito importante.

Separei todo o material produzido e utilizado nos encontros anteriores como painel, livros, revistas, projeto e um quadro de isopor em branco para apontar os prováveis encaminhamentos. Retomei, através de uma releitura, todos os conceitos e as sínteses trabalhadas no decorrer das oficinas. Ficava para mim a interrogação: “Como seria este último encontro?”. Sentia-me gratificada em ter trabalhado com essa equipe e pensava “de que forma poderia agradecê-las”. Como, na semana anterior, participara do II Seminário de Saúde Pública, na UFSC, e, ao final do dia, aconteceu a sessão de autógrafos da obra *Pesquisando a Família – Olhares Contemporâneos*, citada neste estudo, logo pensei: “estava escolhida a lembrança para a equipe“. Nessa ocasião, também tive a oportunidade de, em outro momento, solicitar o autógrafo de uma das autoras, a qual orientou esta pesquisa. Além disso, separei uma lembrança individual para cada membro da equipe: um imã de geladeira com motivos natalinos, devido à época do ano, confeccionado por uma Entidade de Crianças Carentes.

O encontro aconteceu na data prevista no cronograma, em 17/12/2004, às 13h30min. Quando cheguei à instituição, dirigi-me ao auditório onde encontrei a bolsista e a estagiária. Cabe esclarecer que a estagiária substituiu a bolsista em dois encontros em que esta não podia comparecer, podendo, dessa forma, também contribuir neste estudo. Nesse momento, com o auxílio das duas, preparamos o local, fixando todos os materiais produzidos nas oficinas em uma das paredes do auditório.

---

<sup>5</sup> Processo de auto-regulação que mantém a estabilidade do sistema, protegendo-o das mudanças que pudessem destruir sua organização, de modo que preserve o seu funcionamento.

Para minha surpresa, quando percebi, ingressaram no auditório todas as participantes: Maria com um dos braços engessados; Fernanda interrompeu suas férias para participar da oficina; e a estagiária, que tinha dificuldades em conciliar os horários com os encontros, pôde estar presente naquele dia.

Iniciei a oficina dando boas-vindas a todas e realizei uma breve releitura do encontro anterior, ressaltando as principais sínteses identificadas, tais como: Conceitos e Instrumentos (Figura 5) e o Eixo orientador/DNA do Programa Família Cidadã (Figura 6).

Relembrei que a proposta, naquele dia, era a de que, em conjunto, fossem apontados caminhos para a prática cotidiana das ações do programa. Sugeria que, a partir das sínteses explicitadas, o encontro denominado pela metodologia como “criação coletiva” fosse realizado com base na análise de três dimensões: a equipe, a instituição e a família. Nesse momento, registrei as três dimensões no quadro isopor. As profissionais iniciaram seus comentários tratando acerca da equipe.

– Seria um fator facilitador.

Com relação à equipe, esse aspecto foi um dos pontos altos da oficina, quando ficou explicitada a forma como se organizava. Pareceu-me que, em determinados momentos, “elas se descobriram enquanto uma equipe interdisciplinar”.

Na seqüência, as integrantes da equipe retomaram o aspecto anunciado no segundo encontro, quando fizeram referência à Demanda vs Profissionais, denunciando a falta de profissionais e o quanto esse aspecto refletia um posicionamento por parte da equipe, por exemplo, em ocasiões em que, durante o ano de 2004, tiveram de dizer **NÃO**. De acordo com Demo (1995), sem esse primeiro passo, não há prosseguimento possível, porque não se destrói a manipulação que é aquilo que existe de maior oposição à cidadania.

Quanto à Instituição, refletiram sobre a importância de estarem sempre atentas, no sentido dos encaminhamentos da demanda para o programa.

– Temos que ter o cuidado para que nosso trabalho não retorne do interdisciplinar para o multidisciplinar –, fazendo referência a um movimento conquistado pela equipe. Nesse instante, identifiquei uma evolução na apropriação

do conceito de interdisciplinaridade por parte da equipe, considerando que essa definição surgiu no terceiro momento das oficinas psicossociais. Essa fase se elucida na voz de Rodrigues (*apud* MARTINELLI *et al.*, 1995, p.156-7), quando define interdisciplinaridade:

É compreendida como método, técnica didática, instrumento de ação, mas principalmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o 'espaço da diferença' com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer [...] A perspectiva interdisciplinar não fere a especificidade das profissões e tampouco seus campos de especialidade. Muito pelo contrário, requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos que produzem e sistematizam acerca de determinado objeto, de determinada prática permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes deste mesmo objeto, desta mesma prática.

Com relação à família, as profissionais referiram a sistematização na realização dos grupos e trouxeram como exemplo a aliança com os pais, ou seja, a idéia de se fazer um acompanhamento sistemático e, dessa forma, poder avançar com clareza nas propostas, na metodologia. Esse movimento seria a base, a 'porta de entrada' para que o programa não se tornasse um 'depósito', como referido na segunda oficina.

A equipe sinalizou, na seqüência, a preocupação da família no coletivo, remetendo a uma perspectiva que tem sido discutida a partir de diferentes abordagens teóricas, ou seja, a perspectiva da totalidade.

Conforme Mito (2003, p. 112),

a noção de totalidade pressupõe que indivíduos e situações não podem ser vistos de forma estanque do contexto familiar e social. Conseqüentemente, também os problemas e as soluções não podem ser vistos de forma isolada, relativos apenas a membros da família, contidos somente no espaço familiar ou vinculados a áreas específicas como justiça e saúde.

A mesma autora (1997), ao considerar a família como unidade, faz-nos considerar basicamente duas ponderações sobre as inter-relações entre políticas sociais e família. Essa temática apareceu nas discussões de forma implícita, mas permeou a fala das profissionais. A primeira relaciona-se ao fato de que da forma como estão organizadas as políticas sociais, não incluem a idéia de família como totalidade; ao contrário, são implementadas em função dos indivíduos.

Após a reflexão, identificamos uma preocupação da equipe quanto:

– A rede, as possibilidades de orientação e apoio, como forma de abrir a porta! – referiu Maria, ou seja, a possibilidade de parcerias para os encaminhamentos das famílias.

Nesse sentido, mais uma vez retomou-se a temática das políticas sociais Takashima (apud MIOTO,1997) anuncia que a setorização das políticas sociais e a inexistência de canais de integração entre elas têm gerado uma inoperância em relação às famílias, que passam a ser vistas pelo retrovisor e não como foco de atenção. Assim, arrolam-se três aspectos que se aproximaram no decorrer dos momentos de reflexão proporcionados pelas oficinas com a equipe do programa: o espaço institucional e o modelo assistencial, os processos familiares e a intervenção profissional, as políticas sociais e a atenção à família, como partes interligadas, de uma prática competente.

Como possibilidades que viessem a fortalecer o ‘eixo orientador’ do programa, surgiram: que os demais programas do CIACAF também repensassem sua prática; a realização de grupo de estudos; e a concretização de um seminário, colocando a família como foco de atenção em conjunto com os demais programas.

Chegando o momento de encerramento das oficinas psicossociais, a pesquisadora abriu um espaço para o *feedback* por parte da equipe com relação à condução da pesquisa, metodologia, técnicas utilizadas, estimulando para a prática de uma pesquisa científica também possa ser (re)pensada assim como foi no decorrer das oficinas.

Todas se posicionaram de forma positiva, Fernanda, referiu:

– Ah! A forma como você conduziu, desde o primeiro encontro, você foi pegando a caneta e foi anotando.

Foi quando estimulei, perguntando se elas teriam algo que sugeririam que fosse diferente.

Maria colocou:

– Teve sim, mas na hora mesmo, nos sugerimos que fosse diferente. – referindo-se ao segundo encontro, quando solicitei que elas construíssem a “linha da vida do Programa” e elas, na ocasião, sugeriram “ir falando”.

– Mas foi muito bom, acho que foi melhor para a gente que para ti. – referindo-se a mim.

Agradei a disponibilidade de todas, entreguei as lembranças como forma de agradecimento, anunciando que, para mim como pesquisadora, também havia sido muito gratificante. Elas agradeceram e, ao entregar a obra “Pesquisando a Família: olhares contemporâneos”, li a dedicatória que deixei registrada para a equipe:

*“À equipe do Programa Família Cidadã,  
Agradeço com muito carinho o convite aceito (Re)Pensar a práxis com comprometimento e ética,  
pontos altos desta equipe.*

*Ana Paula Karçotli  
17/12/04”*

#### 5.1.5.1 Reflexões teórico-metodológicas

Esta última oficina aconteceu como previsto, com hora e data marcadas. Considerando o encontro anterior, ao preparar a oficina, tinha procurado anexar de uma forma coerente e sistemática uma síntese de todo o processo. O diagnóstico, a análise crítica e a ação foram momentos de processo permanente de estudo e reflexão da realidade (BRANDÃO,1999). Foi, dessa forma, que se sucederam os encontros com a equipe, etapas, as quais se nutriram mutuamente.

Penso que, já nesta etapa final, poderia afirmar que internalizei, mais que isso, vivi a experiência de construir e implementar junto a essa equipe uma metodologia, que oportunizou repensar uma prática cotidiana, vindo diretamente ao encontro do sexto princípio enunciado por Borda (1981): ciência modesta e técnicas dialogais, quando assume que a tarefa científica pode ser realizada mesmo em situações insatisfatórias e primitivas, utilizando-se dos recursos locais. Tenho a

consciência de que adotei a humildade dos que realmente querem aprender e descobrir, rompendo com qualquer possibilidade de assimetria das relações sociais e incorporando pessoas das bases sociais, como indivíduos ativos e pensantes nos esforços deste estudo.

Como continuidade do processo que ainda me faz refletir, foi o de haver também praticado o quarto princípio proposto por Borda (1981): o *feedback* para os intelectuais orgânicos, uma vez que consiste promover um *feedback* dialético. A discussão entre os colaboradores atingiu um determinado nível científico sobre a práxis das profissionais, conforme relatado no decorrer das cinco oficinas, tendo como resultado uma importante articulação teórica, o que resultou em uma visão integrada de todo o conhecimento que pode ser ilustrada a partir das figuras ao longo desta pesquisa.

Ficou evidente, mais uma vez, a preocupação técnico-científica desta equipe, ocasião, neste último encontro, que, além de identificar possibilidade de intervenção futura, minha percepção era a de que sempre haverá espaço para um trabalho que vislumbre a emancipação das famílias. Conceitos importantes como cidadania, interdisciplinaridade, a perspectiva de visualizar a família em sua totalidade, a setorização das políticas sociais e a importância do Eixo-orientador/DNA do programa foram, até o último momento, discutidos.

Fica para mim, neste momento final, uma dúvida ainda, quando as participantes referiram:

– Mas foi muito bom, acho que foi melhor para a gente que para ti. – referindo-se a mim.

Eu, sem dúvida, responderia, se fosse hoje:

– Não sei. Penso que foi muito bom para nós! Segundo Ezpeleta, já citada no primeiro encontro, somos sujeitos que protagonizam processos sociais.

## 6 REFLETINDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA AÇÃO

Ao término do presente estudo, cujo objetivo foi refletir com os profissionais sobre a inserção do conceito de cidadania em sua práxis, posso sinalizar que as reflexões sobre o desenvolvimento de sua trajetória continuam, assim como algumas interrogações. Uma das principais foi qual o conhecimento produzido no desenvolvimento do mesmo? Identifico o processo construído neste estudo na voz de Grandesso (2001, p.41, grifo nosso) quando introduz sua obra Sobre a Reconstrução do Significado:

O trabalho foi iniciado como **uma viagem** com roteiro em aberto. Havia um ponto de partida e um território a ser explorado, mas a cada trecho percorrido, o horizonte que se apresentava definia o reajuste de rotas para se seguir adiante [...] Assim, parti de idéias norteadoras [...] se elas me serviram de portas de entrada, a ultrapassagem de seus umbrais favoreceu a consideração de novas questões que abriram para mim novos horizontes. Assim, este trabalho tem muito pouco de premeditação e muito mais de uma realização que foi sendo construída ao longo do próprio processo.

Hoje tenho claro que questões epistemológicas, quanto à produção do conhecimento, foram permeadas e apoiadas pela epistemologia pós-moderna, o que nos remete ao movimento do modernismo ao pós-modernismo, este último norteador deste estudo

O modernismo pode ser considerado como uma tradição filosófica ocidental que, colocando o ser humano como centro e denominador do universo, estende os conceitos cartesianos de objetividade, certeza, verdade, dualismo e hierarquia. Dentro dessa tradição, o objetivo básico é buscar o conhecimento fundamental, certo e seguro de um mundo objetivo que existe independentemente de um sujeito cognoscente. Por se tratar de um conhecimento cumulativo, observável e universal, o discurso filosófico da modernidade é do tipo unívoco, apoiado em um valor de verdade e estabilidade. Assim o discurso filosófico da modernidade ressalta o caráter desvelador de um sujeito que **descobre** verdades universais, que podem ser expressas em leis gerais, atemporais e descontextualizadas. Contudo, o modernismo começou a ter a sua posição abalada desde o final do século XVIII, quando Kant propôs que a experiência é mediada por categorias, não sendo,

portanto, uma representação transparente da realidade (GRANDESSO, 2000 p.49-50).

A mesma autora lembra que esse panorama começou a mudar com filósofos da não representação – Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger – que se colocaram contra o discurso epistemológico da modernidade. A criação desse paradigma epistemológico vem colocar em xeque a separação entre um mundo real e um mundo ilusório e a segurança das representações claras e distintas, como fundamento de um conhecimento válido e a possibilidade de separação entre o sujeito epistêmico, apto para empreender um conhecimento confiável de origem insuspeita e o objeto de seu conhecimento.

Um dos pontos centrais para o abandono do pensamento moderno tem sido a idéia de que a compreensão humana é uma construção negociada entre redes conceituais das pessoas e suas transações no mundo, abandonando, assim, a dualidade indivíduo-mundo. Embora tenha havido tentativas de retornar a ciência e a epistemologia à estrutura moderna dos fundamentos seguros e certos, podemos considerar que a virada pós-moderna ocupa lugar de referência nestas últimas décadas.

Com a expressividade do pensamento pós-moderno passam a ser questionados as metanarrativas fixadas, o discurso privilegiado e as verdades universais. Nesse sentido, concordo com Grandesso (2000), quando coloca que abandonar o pensamento da modernidade implica deixar de lado o conforto e a segurança dos parâmetros, para uma interpretação acurada da realidade, no que tange aos critérios de produção de conhecimento que ajudam a corrigir os vieses pessoais, culturais e os erros de julgamento. A sociedade, perdendo o refúgio seguro dos critérios praticados de certeza, não podendo garantir a verdade de seus conhecimentos, tem de conviver com a incerteza, a imprevisibilidade e o desconhecido.

Logo, foi em sintonia com o pensamento pós-moderno a partir da abordagem sistêmica em Psicologia e suas vertentes construtivista e construcionista social, que me inseri como pesquisadora participante junto as profissionais do programa Família Cidadã, reiterando a minha inquietação com relação à produção do conhecimento;

com apenas uma única certeza, a certeza de alguns encontros marcados com a incerteza, a imprevisibilidade e o desconhecido.

A Psicologia da pós-modernidade, portanto, valoriza o singular, o idiossincrático e o contextualmente situado, no lugar de leis gerais. Anterior a procura de fatos, o psicólogo pós-moderno busca significados; o conhecimento psicológico pertence ao domínio do intersubjetivo no qual os significados são construídos nos espaços comuns de pessoas em relação. É nessa perspectiva que Gergen (*apud* GRANDESSO, 2000, p.55) define o psicólogo como

um agente de transformação social para a qual contribuem o pessoal, o político e o profissional, implicando necessariamente uma ética das relações cujos traços mais significativos são a consciência da auto-reflexividade.

Grandesso complementa ainda que, a consciência de suas práticas e seus métodos de estudo não são ideologicamente neutros.

Como docente e inserida, desde 2001, no Projeto Social da “Cidade da Criança”, parceria entre a comunidade e a Universidade, a partir de uma relação dialógica, reitero a idéia de que a inserção social do trabalho do psicólogo, dentro do foco promoção de saúde, especialmente com crianças e adolescentes brasileiros, tem demonstrado, na sua concretude, uma crescente preocupação com as questões ligadas à cidadania, ao estado de direito, à exclusão social e escolar, enfim passando a entender que não existe uma ação “neutra” e que toda ação é mediada pelas questões éticas e políticas, inseridas no contexto contraditório das relações sociais (BOCK, 2003).

Dado esse panorama, a partir de um olhar eminentemente social, percebe-se que o movimento pós-moderno organizou-se, do ponto de vista epistemológico, em torno dos processos de construção do conhecimento, sob a rubrica do que se veio chamar de epistemologias contrutivistas e construcionistas sociais, uma vez que ambas propõem uma visão da pessoa humana, do conhecimento por ela construído, assim como das suas distintas práticas. O que me faz retomar as interrogações, que lancei ao iniciar este capítulo: qual foi o conhecimento produzido no desenvolver deste estudo?

Ao longo da história da filosofia da ciência, o debate do conhecimento acaba por esbarrar na relação entre o sujeito que conhece, o objeto de conhecimento e o conhecimento, propriamente dito, produto do processo cognitivo. Apesar da longa tradição histórica da abordagem desta tríade que envolve o processo cognitivo, não é tarefa fácil categorizá-la. Talvez não seja possível, de forma objetiva, definir ou conceituar, talvez mesmo, não seja necessário fazê-lo (CUTOLO, 2002).

O autor (2002) faz referência à aderência dos filósofos a qualquer um dos modelos explicativos do processo do conhecimento, a qual está intimamente relacionada com os conceitos conferidos ao sujeito, objeto e conhecimento conexos com a concepção de vida que cada um possui. Para tanto, o sujeito do idealista (racionalista, apriorista) não é o mesmo do empirista (mecanicista) e não é o mesmo do dialético (interacionista, construtivista). O sujeito do idealista tende a ser carregado da subjetividade do eu, do eu absoluto e individual. Já o sujeito dos empiristas mostra-se como natural, biológico e sensorial. Por outro lado, o sujeito dos construtivistas é permeado em sua função social, histórica e cultural; é essencialmente sujeito coletivo.

A perspectiva construtivista se reflete não apenas na noção de linguagem, método e objetos construídos socialmente, mas também na possibilidade de legitimação do conhecimento ser construída social e historicamente, identifico ter sido este o conhecimento construído nesse estudo.

O sujeito torna-se ativo através de sua prática social, interagindo com o objeto via atividade socialmente condicionada, construindo e transformando o conhecimento com um aspecto de elaboração nova. Um sujeito concreto, mutante, histórico e criador de sua própria cultura, mantendo uma relação real e transformadora com o objeto do conhecimento.

O sujeito que conhece “fotografa” a realidade com a ajuda de um mecanismo específico, socialmente produzido, que dirige a “objetiva” do aparelho. Além disso “transforma” as informações obtidas segundo o código complicado das determinações sociais que penetram no seu psiquismo mediante a língua em que pensa, pela mediação da sua situação de classe e dos interesses de grupo que a ela se ligam, pela mediação das suas motivações conscientes ou subconscientes e, sobretudo, pela mediação da sua prática social sem a qual o conhecimento é uma ficção especulativa” (SCHAFF *apud* CUTOLO, 2002, p.17).

Esse fato remete a questões da validação da ciência, quando os autores Boock *et al.* (1999), denunciam **objetivo específico, linguagem rigorosa, métodos e técnicas específicas, processo cumulativo do conhecimento, objetividade** fazem da ciência uma forma de conhecimento que supera o conhecimento espontâneo do senso comum, pois é esse conjunto de características que permite que denominemos **científico** a um conjunto de conhecimentos.

Nesse sentido, o construtivismo, como uma produção epistemológica distinta, emergiu como uma alternativa para os problemas e as dificuldades derivados das explicações empiristas e racionalistas do conhecimento que postulavam a separação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. A principal característica do construtivismo, independente de qual seja o construtivismo de que estamos falando, é a interdependência entre observador e universo observado. Também procura eliminar a presunção do saber, enquanto busca uma verdade ontológica, propondo uma teoria do **conhecimento ativo**, de acordo com a qual sujeito conhecedor e objeto conhecido são intimamente inseparáveis (GRANDESSO, 2000, p.57).

A partir do conhecimento ativo junto com as profissionais do Programa Família Cidadã, construiu-se uma forma de pensar e refletir a partir da metodologia da pesquisa participante, sobre a inserção do conceito de cidadania em seu cotidiano, contemplando os objetivos deste estudo. Saber pensar, para Demo (2001), não é só pensar, mas também, e sobretudo, saber intervir. Teoria e prática e vice versa. Quem sabe pensar, entretanto, não faz por fazer, mas sabe porque e como faz; saber pensar não é algo avesso a títulos acadêmicos, mas não se correlaciona diretamente com eles. Para o autor, é saber reconhecer rapidamente as relevâncias do cenário e tirar conclusões úteis, ver longe para além das aparências, sinalizando que:

Saber pensar não combina com cidadania tutelada, aquela que nos quer massa de manobra, submissos e ignorantes. Nem combina bem com cidadania assistida, porque aceita apenas a assistência necessária e tem como ideal viver sem assistência. Combina com cidadania emancipada, aquela que sabe o que quer, por que quer e como quer (DEMO, 2001, p. 18-19).

As questões explicitadas remetem à gestão da autonomia das profissionais junto às famílias, pois penso que a consciência desse processo possa implicar uma co-construção junto às famílias e uma **viagem com roteiro em aberto** a seguir, com a clareza de que o respeito a autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo

ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (FREIRE, 2002, p.66, grifo nosso).

Também o profissional que se propõe a essa viagem deveria procurar construir e viver a sua prática, assim como gostar de gente. Conforme Freire (2002, p.60),

gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas e sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Nesse processo, forças e fragilidades foram identificadas, caminhos foram apontados a partir de uma relação dialógica como já anunciava a proposta metodológica desse estudo “[...] como encontro entre homens mediatizados pelo mundo, [...] um mundo que impressiona e desafia a um e a outro, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Nesse processo dialógico, a incidência da ação é a realidade a ser transformada” (FREIRE, 1978, p.93-98), superando, dessa forma, as prováveis barreiras e obstáculos .

Como forças identificadas na práxis da equipe, já discutidas anteriormente, viu-se o movimento interdisciplinar da equipe, a identificação de um “eixo orientador”, o “DNA”, a disposição, a abertura para a construção do conhecimento, o comprometimento e a postura ética e a visualização e o desejo da autonomia das famílias como um movimento propulsor da cidadania emancipada.

Como fragilidades, a falta de recursos humanos e materiais, mas principalmente a carência de redes de apoio que possam, em parceria com as profissionais, avançar na promoção do resgate da cidadania das crianças adolescentes e de suas famílias, as quais conjuntamente sejam molas propulsoras na formulação de políticas públicas adequadas. Isso sinaliza que

a atenção à família, através de políticas públicas adequadas, constitui-se sem dúvida em um dos fatores condicionantes das transformações as quais a sociedade brasileira aspira e um dos eixos fundamentais da política da criança e do adolescente (UNICEF, 1998).

Nesse contexto, Miotto (2004) coloca que o debate sobre a inter-relação família e políticas públicas vem sendo efetuado onde diferentes perspectivas se

colocam. O conhecimento delas se torna imprescindível à medida que, das diferentes perspectivas, nascem diferentes formas de propor e executar políticas sociais, de planejar e gerir serviços. Além disso, esse debate deve estar acoplado à discussão sobre os desafios que a família, enquanto destinatária de políticas sociais, impõe-nos considerando a sua própria complexidade e a contraditório, conforme Freire (2002, p.66), “contraditoriedade inerente às suas relações internas e às suas relações com outras esferas da sociedade”.

A mesma autora, ao iniciar uma discussão no âmbito das políticas sociais, sugere o encaminhamento a partir de duas perspectivas distintas. Uma que defende a centralidade da família apostando na sua capacidade iminente de cuidado e proteção. Portanto, vê a família como centro do cuidado e proteção por excelência. A outra, entende que a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe é garantido através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas. Nessa perspectiva, a família na sociedade brasileira hoje, mais que ser reconhecida como instância de cuidado e proteção, deve ser reconhecida como instância a ser cuidada e protegida, enfatizando a responsabilidade pública (MIOTO, 2004).

Identifico-a como uma das principais fragilidades enfrentadas pela equipe do programa quanto ao enfrentamento e avanço na discussão sobre Famílias e Políticas Públicas, porém ficou evidente, nas “entrelinhas”, a presença circundante da importância e da necessidade de retomada e de aprofundamento desse tema, ou melhor, dessa realidade posta, não somente pelas profissionais do Programa Família Cidadã no CIACAF, mas provavelmente de muitos outros programas sociais espalhados pelo Brasil à fora.

Fica a possibilidade, via os encaminhamentos propostos pela equipe, anunciados na última oficina psicossocial, da viabilização de um espaço “a construir” que promova tal discussão e reverta em benefício das famílias, para que essas possam assim promover a escrita da sua própria história. Nunca esquecendo que, ao falarmos de família, acreditar em, como bem nos lembra Miotto (1997),

[...] abandonar o pressuposto dos modelos familiares, os discursos do “dever ser” e torná-la a pensá-la como um lugar privilegiado de presença de vida [...] pois até o momento ainda não se descobriu outra forma mais eficiente de se ensinar gente a ser gente.

Acreditando nessa possibilidade, um conhecimento foi construído e a viagem começou, porém ainda não chegamos, tampouco a construção acabou. Provavelmente estejamos pensando e fica o convite para continuar uma reconstrução em outro tempo, em outro lugar e com outros significados...

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, N.C. de; ALVES-MAZZOTTI, A.J. O adolescente em situação de risco: representações de professores e educadores sociais. *In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. (Orgs.). II Jornada Internacional sobre representações sociais: questões metodológicas.* Blumenau: EDIFURB, 2001.

BEHRING, E. R. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania.** Capacitação em serviço social e política social. Módulo 3. Brasília:UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2001.

BOCK, A. M. B. Formação do Psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Rev. Psicologia Ciência e Profissão.* v. 17, (2), p.37-42, 1997.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e o Compromisso Social.** São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Social como Área de Conhecimento e Formação.** *In: GUARESCHI, N. (Coord.) [Anais do] XII Encontro Nacional da ABRAPSO: estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo,* Porto Alegre: PUCRS, 2003.

BOCK, A. M. B. *et al.* **Psicologias:** uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. Reformulada e ampliada, São Paulo: Saraiva, 1999.

BOEHS, A. E. **A prática de cuidado ao recém-nascido e sua família, baseado na teoria do cuidado transcultural e na teoria do desenvolvimento da família.** 1990. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

BORBA, O. F. Aspectos técnicos da pesquisa participante. *In: BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante.* São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do.** Texto Constitucional, de 05 de outubro de 1988.

CABRAL, I. E. Uma Abordagem Criativo-Sensível de Pesquisar a Família. *In: ALTHOFF; ELSEN; NITSCHKE. (Org.). Pesquisando a Família: olhares contemporâneos.* Florianópolis: Papa-Livros, 2004.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, M. C. B. A. A priorização da família na agenda da Política Social. *In*: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p 93-108.

CARVALHO, M.C.B.; GUARÁ, I. M. F. R. A Família: um sujeito pouco refletido no movimento de luta pelos direitos da criança e do adolescente. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, IV(1), 45-48, 1994.

CARTER, B.; GOLDRICK, M. As mudanças no ciclo familiar. Uma estrutura para terapia familiar. *In*: \_\_\_\_\_. **As mudanças no ciclo de uma vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C.M.O.; BERTHOUD, C. M. E. e col. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1988.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 11ª REGIÃO (PR). **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania**. Ed. Especial do II Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Curitiba: CRESS/PR, 2003.

CORREA, D. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 3.ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (3ª reimpressão)

CUTOLO, L. R. A. **Epistemologia Básica e suas Aplicações em Ciências da Saúde**. Itajaí: UNIVALI, Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho, 2002.

DA MATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Saber Pensar**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia da escola cidadã).

\_\_\_\_\_. **Política social do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1990.

FERNANDES, A. V. M. Cidadania, Democracia e Cultura Política: Brasil e Espanha em análise. *In*: VAIDERGON, J. *et al.* **O direito a ter direitos**. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 23.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 6.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002b.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas: 1995.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a reconstrução do Significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: CAA do Psicólogo, 2000.

GUEIROS, D. A. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social e Sociedade**. p.102-121, 2002. Ano XXII. Edição especial.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologia qualitativas na sociologia**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, W. M. de A. As Contribuições da Psicologia Social para a Prática Profissional. *In*: GUARESCHI, N. (Coord.). **[Anais do] XII Encontro Nacional da ABRAPSO – estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KARKOTLI, A. P. B.; GEVAERD, E.; MEDEIROS, P. A Extensão da Psicologia à Comunidade: Orientação Familiar. *In*: MÁXIMO, C. E. (Coord.). **[Anais do] IX Encontro regional Sul da ABRAPSO: psicologia social: ética e paradigmas** Itajaí: UNIVALI, 2002.

KARKOTLI, A. P. B. **Psicologia e Ação Social**: uma aproximação possível na “Cidade da Criança”, 8º Fórum Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, A UNIVALI cumprindo a sua missão. Itajaí, maio, 2004.

KLEIN, D. D.; WHITE, J. M. **Family Theories**: an introduction. Thousands Oaks: Sage Publications, 1996. 294 p.

LIMA, A. J. A Constituição dos direitos do homem e sua dimensão simbólica: uma análise lefortiana. **Serviço Social e Sociedade**. Ano XVIII, n.53, p.46-66, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**, 6ª reimpressão, São Paulo: EPU, 2003.

MACEDO, R. M. **A Família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?** Cad. Pesq., São Paulo, n.91, p.62-68, nov.1994.

MAMED, M. M. Questões pedagógicas. *In*: VIVARTA, V. (Coord.). **Cidadania antes dos 7 anos: a educação infantil e os meios de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social).

MÉDICI, A. C. A dinâmica das políticas sociais. **Revista fórum DCA**. UNICEF, OIT, FCBIA e PUC-SP, 1993.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento & tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J. S. **Trabalhando com famílias pobres**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MIOTO, R. C. Família e Serviço Social: Contribuições para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 55, Cortez, 1997, p.115-130.

\_\_\_\_\_. **Famílias e Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Serviço Social, 2004. No prelo.

NASCIMENTO, R. F. Pesquisa-ação e oficinas psicossociais: recursos metodológicos de trabalho social-comunitário *In*: et.al. AFONSO, L. (Org.). **Psicologia social e direitos humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.p.209-226.

OSÓRIO, L. C. **Casais e Famílias: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PACHECO, R. A. Sociedade, Estado e Cidadania num País Marcado pela Escravidão. *In*: BILHÃO I. (Org.). **Visões do Brasil: Realidades e Perspectivas**. Caxias do Sul: EDUSC, 2003. p.47-62.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Secretaria do Desenvolvimento Social. Programa do Centro Integrado de atendimento à criança e ao adolescente e a família. **Projeto Político Social**. São José, 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Desenvolvimento Social. Programa do Centro Integrado de atendimento à criança e ao adolescente e a família. **Planejamento Estratégico**. São José, 2003.

RADÜNZ, R. Concepções de Cidadania num Brasil Desigual. *In*: BILHÃO I. (Org.). **Visões do Brasil: Realidades e Perspectivas**. Caxias do Sul: EDUSC, 2003. p.63-71.

REIS, F.W. Consolidação democrática e construção do estado. *In*: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Org.). **A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988. p.13-40.

RICO, E. M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RIZZINI, I.; CASTRO, R. C.; SARTOR, C. S. D. **Pesquisa: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais.** Rio de Janeiro: USU Ed.Universitária, 1999.

RODRIGUES, M. L. Caminhos da transdisciplinaridade: fugindo às injunções lineares. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.64, Cortez, 2000.

SAWAIA, B. B. Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial *In:* SPINK, M. J. S.(Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, M. A. **O perfil das famílias atendidas pelo programa família cidadã no município de São José.** 2004. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, A. C. H.; KARKOTLI, A. P. B.; DIAS, S. L. A.; PAES, Z. P. **A Teoria do desenvolvimento da família: buscando a convergência entre a teoria e a prática no cotidiano dos profissionais de saúde.** Itajaí: UNIVALI, Programa de Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho, 2003. No prelo.

SILVA, M.V. As implicações da afetividade e da identidade grupais nas estratégias de construção da cidadania. *In: et. al.* AFONSO, L. (Org.). **Psicologia Social e direitos humanos.** Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p.201-208.

STRALEN, C.J. V. Psicologia política e direitos humanos. *In: et. al.* AFONSO, L. (Org.). **Psicologia Social e direitos humanos.** Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p.33-44.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças. **Serviço Social & Sociedade.** n.71, São Paulo:Cortez, 2002. p.9-25 .

TAKASHIMA, SILVA, M. V. As Implicações da afetividade e da identidade grupais nas estratégias de construção da cidadania. *In: et.al.* AFONSO, L. (Org.). **Psicologia Social e direitos humanos.** Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p. 201-208.

VAIDERGON, J. *et al.* **O direito a ter direitos.** Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara,SP: Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

VASCONCELLOS, E. M. **Educação Popular e a Atenção a Saúde da Família.** São Paulo: Hucitec, 1999. cap. 1.

\_\_\_\_\_. A Priorização da família nas políticas de saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v.23, n.53, p.6-19, set./dez. 1999.

WAGNER, A. (Coord.). **Família em Cena: tramas, dramas e transformações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões das questões sociais no Brasil. *In: **Temporalis***. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ano II, n.3, jan. a jun. de 2001. Brasília, ABEPSS e GRAFLINE.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A –**

**Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI**

**Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho**

**Área de Concentração: Saúde da Família**

**Prezada Senhora Diretora do Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à Família,**

Como mestranda do Curso Profissionalizante em Saúde da UNIVALI, estou desenvolvendo uma pesquisa acerca das concepções referentes à prática da cidadania, denominada CIDADANIA: (RE)PENSANDO A PRÁXIS DOS PROFISSIONAIS DE UM PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM FASE DE AQUISIÇÃO.

A referida pesquisa teve seu projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVALI e, para sua concretização, solicito sua autorização para desenvolvimento deste Projeto no Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à sua Família – CIACAF, mais diretamente com os profissionais do Programa Família Cidadã, através da realização de oficinas quinzenais, no período compreendido entre os meses de outubro a dezembro do corrente ano, a fim de aliar este estudo com o contexto de minha trajetória profissional como docente e coordenadora de um dos Projetos de Extensão da UNIVALI, nesta Instituição.

Informo, conforme os preceitos éticos em pesquisa, que os dados coletados durante o estudo serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa, sendo mantido sigilo sobre a identidade dos profissionais participantes.

Comprometo-me também em fornecer a esta Instituição uma cópia do relatório final do estudo, a fim de que possam ser divulgados seus resultados junto aos profissionais interessados.

Portanto, sua aprovação será de fundamental importância para este estudo.

Atenciosamente,

**Ana Paula Balbuena Karkotli**

**São José, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**

## APÊNDICE B – Consentimento livre e esclarecido

### CONVITE À PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

“CIDADANIA: (Re)Pensando a Práxis dos Profissionais de um Programa de Atendimento às Famílias em Fase de Aquisição“

Esta pesquisa propõe-se a refletir com os profissionais as concepções que norteiam a sua prática na promoção da cidadania das famílias.

Os procedimentos do estudo requerem a sistematização de encontros no formato de oficinas psicossociais com os profissionais do Programa Família Cidadã do Centro Integrado de Atendimento à Criança ao Adolescente e sua Família do Município de São José/SC, visando à promoção da autonomia das famílias e ao resgate da cidadania. Para tanto, faz-se necessária a sua participação durante as oficinas, não envolvendo qualquer risco de sua identificação como participante do estudo ou de prejuízo de suas atividades, ficando assegurado seu direito de recusa em participar da mesma ao longo do Projeto.

Espero, com este estudo, poder contribuir com outros profissionais, ampliando os conhecimentos na área, e sobretudo auxiliando-os nos trabalhos de promoção à saúde das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, compreendendo melhor as fases do ciclo de vida da família.

Eu, \_\_\_\_\_ documento de identidade nº \_\_\_\_\_ declaro que consinto, de forma livre e esclarecida, a participar do estudo “Cidadania: (Re)Pensando a Práxis dos Profissionais de um Programa de Atendimento às Famílias em Fase de Aquisição”, tendo conhecimento dos objetivos do estudo. Fui informado(a) de forma detalhada sobre o sigilo e confidencialidade das informações que prestar, assim como fui assegurado da impossibilidade de que qualquer informação possa ter repercussão em minha vida.

Estando ciente das orientações, estou de acordo em participar voluntariamente do estudo proposto sob a coordenação e orientação da Professora

Dra. Ingrid Elsen, participando das oficinas, interagindo com a psicóloga/pesquisadora Ana Paula Balbuena Karkotli (Aluna do curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho-Área de concentração Saúde da Família, do Centro de Educação em Ciências da Saúde, da Universidade do Vale do Itajaí).

LOCAL e DATA \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – Termo de compromisso da pesquisadora

Eu, abaixo assinado, aluna e pesquisadora do Curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde e Gestão do Trabalho, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade do Vale do Itajaí, comprometo-me em realizar o Projeto de Pesquisa “CIDADANIA:(RE)PENSANDO A PRÁXIS DOS PROFISSIONAIS DE UM PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS FAMILIAS EM FASE DE AQUISIÇÃO”, desenvolvendo todas as atividades relacionadas a sua concretização.

Ana Paula Balbueno Karkotli

São José, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE D – Termo de compromisso de utilização de dados**

A abaixo assinado, em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/2002, autora do projeto de pesquisa intitulado CIDADANIA: (RE)PENSANDO A PRÁTICA DOS PROFISSIONAIS DE UM PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM FASE DE AQUISIÇÃO”, a ser desenvolvido no período de agosto a dezembro de 2004, no Centro Integrado de Atendimento à Criança, ao Adolescente e à sua Família – CIACAF, da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São José, localizada em São José, Santa Catarina, compromete-se a utilizar os dados coletados junto aos profissionais do Programa Família Cidadã durante as oficinas no CIACAF, somente para fins deste projeto e de divulgação científica através de artigos, livros, resumos, pôsteres. Informa também que a instituição foi previamente consultada, concordando e propiciando as condições necessárias para a obtenção dos dados. Outrossim, compromete-se a retornar os resultados da pesquisa à instituição, apresentando-os aos seus representantes legais.

Ana Paula Balbuena Karkotli

São José, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**ANEXO**

**ANEXO A – Certificado da Comissão de Ética Registro nº. 365/04**

**Esta página fica , ou somente insiro o certificado ????**

**Deixar esta página e insere o certificado. Tem que ficar o título do anexo,ok?**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)